

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL

ANO LECTIVO 2008 – 2009



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOUTRINA OFICIAL DO EXÉRCITO PORTUGUÊS.

OPERACIONALIZAÇÃO DO CONCEITO DAS OMLT (OPERATIONAL MENTOR AND LIAISON TEAM) NO SEIO DAS FORÇAS ARMADAS. ENQUADRAMENTO E ÂMBITO FACE AO CEM/MIFA

ANTÓNIO JOSÉ FERNANDES MARQUES TAVARES
CORONEL DE ENGENHARIA



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

OPERACIONALIZAÇÃO DO CONCEITO DAS OMLT (OPERATIONAL MENTOR AND LIAISON TEAM) NO SEIO DAS FORÇAS ARMADAS. ENQUADRAMENTO E ÂMBITO FACE AO CEM/MIFA

Coronel de Engenharia António José Fernandes Marques Tavares

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2008/2009

Lisboa 2009



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

OPERACIONALIZAÇÃO DO CONCEITO DAS OMLT (OPERATIONAL MENTOR AND LIAISON TEAM) NO SEIO DAS FORÇAS ARMADAS. ENQUADRAMENTO E ÂMBITO FACE AO CEM/MIFA

Coronel de Engenharia António José Fernandes Marques Tavares

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2008/2009

Orientador: Coronel Tirocinado de Cavalaria JOSÉ CARLOS F. ANTUNES
CALÇADA

Lisboa, 2009



DEDICATÓRIA

À Minha Mulher pelo carinho e dedicação com que aglutina a nossa Família. Ao Miguel para que continue na senda dos êxitos, amando e orgulhando-se dos seus Pais, tal como nós o amamos e nos orgulhamos dele.

Aos meus Pais, e em especial à memória do Meu Pai, recentemente falecido, a quem teria gostado de oferecer este trabalho.



AGRADECIMENTOS

Ao Cor Tir Cav Calçada que, através da sua dedicação e paciência, muito me ajudou na conceptualização e condução deste trabalho.

Ao Major-General Gil, meu comandante no RE 3, que através do seu exemplo, competência e dedicação serviu de referencial para o que sou como oficial. O seu apoio na realização deste trabalho foi uma mais-valia. Do mesmo modo gostaria de agradecer ao Major-General Martins Ribeiro, pela sua amizade, camaradagem e conselhos práticos que me ajudaram a dar os primeiros passos no tema, nomeadamente quanto à sua delimitação. Salientaria também o Tenente-Coronel Soares, comandante da primeira OMLT de Guarnição no Afeganistão, pelos seus conselhos práticos de quem viveu toda a turbulência do aprontamento e cumprimento da missão, num Teatro de Operações que conhece como ninguém.

Ao TGen Pina Monteiro, Comandante do Comando Operacional do Exército, e a todos os oficiais que aí prestam serviço, pela dedicação exemplar à causa Militar que abraçaram, pela partilha de ideias e conceitos contribuíram decisivamente para que fosse possível escrever estas páginas.

A todos os Militares que com o seu estoicismo, dedicação, crença e por vezes sangue, continuam a desfraldar a Bandeira de Portugal em todos os Teatros de Operações onde somos chamados a dar o nosso contributo para um Mundo melhor.



ÍNDICE

	PÁGINA
Dedicatória	II
Agradecimentos	III
Índice	IV
Resumo	VI
Abstract	VIII
Palavras – Chave	X
Acrónimos	XI
1. Introdução	1
a. Definição do objectivo de investigação	1
b. Justificação da atribuição do tema	1
c. Delimitação do estudo	1
d. Metodologia	2
e. Organização e conteúdo do estudo	3
2. A situação actual	3
a. Caracterização do cenário internacional actual	3
(1) Caracterização geral	3
(2) Caracterização da resposta	4
b. Assessorias militares versus OMLT	5
(1) Assessorias militares	5
(2) OMLT	6
c. Síntese.....	7
3. Quadro interno enquadrante das OMLT	7
a. Constituição da República	7
b. Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas	8
c. Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN)	8
d. Conceito Estratégico Militar (CEM)	9
e. Missões Específicas das Forças Armadas (MIFA)	10
f. Sistema de Forças Aprovado	11
g. Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA)	12
f. Elementos de síntese	12
4. Estrutura conjunta nas OMLT?	13
a.Elementos de análise.....	13
(1) Conceito Estratégico de Defesa Nacional	13
(2) Conceito Estratégico Militar	14
(3) Missões Específicas das Forças Armadas	14
(4) Conceito de OMLT	14
(5) Regulamento de Campanha – Operações	15
(a) Operações militares – ambiente operacional	15
(b) Princípios das operações conjuntas e combinadas	16
(c) Principais capacidades conjuntas	16
(d) Princípios de comando e controlo	18
(e) Protecção da força	18



b. Elementos de síntese	19
5. O Modelo actualmente existente para aprontamento das FND satisfaz as necessidades que se levantam na fase de aprontamento das OMLT em Território Nacional?	20
a. Generalidades	20
b. Modelo de aprontamento	21
c. Necessidades de aprontamento das OMLT	22
(1) Fase que decorre sob responsabilidade nacional	22
(2) Fase que decorre sob responsabilidade da OTAN	23
(3) Aprontamento a decorrer no teatro de operações	23
(4) Validação	24
d. Análise	24
(1) Áreas onde há aplicabilidade do modelo	24
(2) Áreas que precisam de nova abordagem	26
e. Elementos de síntese	27
6. Estrutura das OMLT para garantir o comando, controlo, comunicações e informações	28
a. Estruturas de comando existentes no Afeganistão	28
(1) Comando e controlo.....	28
(2) Comunicações	29
b. Requisitos para as OMLT e análise	30
c. Elementos de síntese	32
7. O modelo de apoio administrativo-logístico às FND Adapta-se às OMLT?	32
a. Suporte conceptual	32
b. Apoio às OMLT e análise	33
(1) Apoio às OMLT fixas	33
(2) OMLT deslocáveis com as unidades do ANA	35
c. Elementos de síntese	37
8. Conclusões	39
a. Síntese	39
b. Conclusões gerais	40
Bibliografia	41
Apêndices	
Apêndice A – DIAGRAMA DE INDUÇÃO	46
Apêndice B – “O ESTADO DA ARTE” (APONTAMENTO)	47
Apêndice C – GLOSSÁRIO DE CONCEITOS	49
Apêndice D – PROPOSTA DE ESTRUTURA DA FORÇA NACIONAL DESTACADA ENQUADRANTE DAS OMLT	54
Apêndice E – PONTO DE SITUAÇÃO DAS OMLT em 31Mar09	57
Apêndice F – COMANDO E CONTROLO DAS OMLT	58



RESUMO

Abordamos este trabalho começando por analisar o actual cenário internacional, fazendo uma breve resenha da sua evolução desde o fim da União Soviética e do Pacto de Varsóvia, bem como a resposta que tem vindo a ser conduzida para fazer face à crescente ameaça terrorista. Dentro do leque das opções possíveis está a assessoria militar, quer numa vertente mais clássica que Portugal vem implantando com os PALOP, quer na nova versão conferida pelas OMLT.

Para melhor percebermos o enquadramento que envolve a participação de Portugal nas OMLT, fomos analisar o quadro legal existente no nosso país, começando pela Constituição da República, passando pela Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas, Conceito Estratégico de Defesa Nacional, Conceito Estratégico Militar, Missões das Forças Armadas e o Sistema de Forças Aprovado, tentando encontrar um fio condutor que abalize a participação das Forças Armadas Portuguesas nesta nova tipologia de apoio ao levantamento de Forças Armadas de países que apresentam debilidades estruturais na edificação do seu pilar de segurança.

Num ambiente em que os países da OTAN estão a enveredar por forças conjuntas, e sabendo-se da vontade de internamente se darem passos decisivos nesta área, revisitamos os documentos enquadrantes da defesa nacional para avaliarmos da validade da extensão deste conceito às OMLT, tendo o Regulamento de Campanha - Operações como norteador dos princípios e necessidades conjuntas que devem ser garantidas para o sucesso no cumprimento da missão.

Depois deste enquadramento das OMLT, passamos a um novo quadro, agora virado para as necessidades que se levantarão na sua edificação e aprontamento, de modo a poderem vir a ser validadas pela OTAN e posteriormente estarem aptas a enfrentarem os desafios que se lhe levantarão. Começamos pelo aprontamento, nas suas várias facetas, desde o administrativo-logístico até ao treino, tentando construir um modelo que seja capaz de dar uma resposta capaz aos requisitos levantados.

Entramos na estrutura das OMLT capaz de garantir as suas necessidades C3I, dentro das estruturas enquadrantes da OTAN, dos EUA e do Afeganistão existentes no Teatro de Operações. Para melhor se entender a organização das forças presentes no teatro, fazemos uma breve resenha sobre as mesmas, dependências e responsabilidades. Presente esteve o



Operacionalização do conceito das OMLT (Operational Mentor and Liaison Team) no seio das Forças Armadas. Enquadramento e âmbito face ao CEM/MIFA

facto de actualmente Portugal não possuir aí nenhuma Força Nacional Destacada que possa garantir uma série de necessidades de apoio à vida das OMLT, desde o necessário para a vida diária dos homens, até à sua segurança.

Como é da responsabilidade nacional o apoio administrativo-logístico numa significativa extensão das suas actividades, reservamos o último capítulo para abordar a questão deste apoio, usando como modelo o que tem servido para apoio às FND, com o objectivo de nos certificarmos se ele é válido para as OMLT.

Por fim, e em termos de síntese, tentamos chegar a conclusões válidas que nos permitam aceitar como correctas as hipótese que levantamos, tendo sempre como lema extrair conclusões que ajudem a levantar modelos que sirvam para as OMLT que Portugal ofereceu para o Afeganistão.



ABSTRACT

We start off this study by analyzing the current international scenario, making a brief summary of its evolution from the end of Soviet Union and the Warsaw Pact, as well as the answer that has been given to face the growing terrorist threat. In the range of the possible options is the military “assessorial”, whether in a more classic way, the one Portugal has been using with African Portuguese Speaking Countries (PALOP), or in a new OMLT version.

To better understand the legal framework that involves the Portuguese participation in the OMLT, we analyzed the legal documentation existing in our country, starting by the Constitution (CRP), the National Defense and Armed Forces Law (LDNFA), the Armed Forces Organic Law (LOBOFA), the National Defense Strategic Concept (CEDN), the Military Strategic Concept (CEM), the Armed Forces Missions (MIFA 04) and the Approved System of Forces, trying to find the “back bone” that allow the participation of the Portuguese Armed Forces in this new field support to build up armed forces in countries that present structural weaknesses in the construction of their safety pillar.

In an environment in which NATO countries are opting for joint forces, and knowing that internally, decisive steps are being taken in this area, we revisit the framework documents of national defense to evaluate the validity of this concepts extension to the OMLT, having the “Regulamento de Campanha – Operações” as the reference of the joint principles and needs that should be guaranteed in order to succeed in the mission accomplishment.

After that, we move on to another OMLT field, now facing the necessities that are raised in its edification and preparation, so that they can be validated by NATO and ultimately be ready to face the coming challenges.

Starting by the preparation in this various demanding aspects, from logistic and administrative issues to training, trying to build up a model that is able to answer the raised requisites.

Then we enter the OMLT structure capable of guaranteeing its C3I needs, inside the structures of NATO, USA and Afghanistan existing in the Theater of Operations. To better understand the organization of the wide array of forces engaged in the area of Operations, we will make a brief summary about them, their C2 structures and main tasks.



Operacionalização do conceito das OMLT (Operational Mentor and Liaison Team) no seio das Forças Armadas. Enquadramento e âmbito face ao CEM/MIFA

Portugal does not have any national force, as that, engaged in the Area of Operations of Afghanistan that could support the basic needs of the OMLT, ranging from the soldiers daily basic needs to their own safety. Since the logistic needs is a national responsibility, we dedicate the last chapter to approach this question, using as model the same one that the Portuguese Forces have been using, trying to validate the same concept for the OMLT.

To sum up, we try to reach solid ideas that allow us to extract valid conclusions that help raise models that work for the OMLT, Portugal has offered to Afghanistan.



Operacionalização do conceito das OMLT (Operational Mentor and Liaison Team) no seio das Forças Armadas. Enquadramento e âmbito face ao CEM/MIFA

PALAVRAS – CHAVE

Afeganistão, Aprontamento, Assessoria, Comando, Comunicações, Controlo, Cooperação Técnico-Militar, Força Nacional Destacada, Informações, OMLT, PALOP, Protecção, Risco, Sustentação.



GLOSSÁRIO DE ABREVIATURAS

ACSA – Aquisition and Cross Servicing Agreements	ETT – Embedded Training Teams
AFG – Afeganistão	EUA – Estados Unidos da América
ANA – Afghan National Army	FA – Forças Armadas
ANSF – Afghan National Security Forces	FAAP – Forças Armadas Portuguesas
ARSIC – Afghan Regional Security Integration Command	FD – Força Destacada
ATP – Allied Tactical Publication	FM – Field Manual
Bat – Batalhão	FND – Força Nacional Destacada
BLD – Batalhão Ligeiro de Desembarque	FRI – Força de Reacção Imediata
Brig – Brigada	GU - Grande Unidade
BrigInt – Brigada de Intervenção	HUMINT – Human Intelligence
BrigMec – Brigada Mecanizada	IGE – Inspeção Geral do Exército
BRR – Brigada de Reacção Rápida	ISAF – Internacional Security Assistance Force
C2 – Comando e Controlo	JMRC – Joint Multinacional Readiness Centre
CAS – Close Air Suport	LDNFA – Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas
CE – Corpo de Exército	LOBOFA – Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas
CEDN – Conceito Estratégico de Defesa Nacional	LST – Logistic Suport Teams
CEM – Conceito Estratégico Militar	MIFA – Missões Específicas das Forças Armadas
C-IED – Counter Improvised Explosive Device	MOU – Memorandus of Understanding
CIS – Communications and Information System	NRF – NATO Response Forces
CJOA – Combined Joint Operations Area	OCAD – Órgãos Centrais de Comando e Direcção
Cmdt – comandante	OMLT – Operational Mentor and Liaison Team
CONOPS – Concept of Operations	ONU – Organização das Nações Unidas
COMJFCB – Commander Joint Force Command Brunssum	OPCON – Operacional Control
COMISAF – Commander International Security Assistance Force	OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
	PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa



Operacionalização do conceito das OMLT (Operational Mentor and Liaison Team) no seio das Forças Armadas. Enquadramento e âmbito face ao CEM/MIFA

CPLP - Comunidade de Países de Língua Portuguesa	PRT - Provincial Reconstruction Team
CSDN – Conselho Superior de Defesa Nacional	QG – Quartel-General
CSTC - A - Combined Security Transition Command-Afghanistan	RC – Regional Command
CSTC-A/ARFOR – Combined Security Transition Command-Afghanistan / Afghan Regional Force	RCAC – Regional Corps Advisory Command
CTM – Cooperação Técnico - Militar	RC Op – Regulamento de Campanha Operações
DAE – Destacamento de Acções Especiais	SACEUR – Comandante Supremo Aliado da Europa
DATES – Director of ANA Training and Equipment Support	SOP – Standard Operating Procedures
DHUMINT – Destacamento de Informações	TA – Technical Agreement
DOS – Days of Supply	TACON – Tactical Control
DPA – Destacamento de Polícia Aérea	TACP – Tactical Air Control Parties
EM – Estado-maior	TACSAT – Tactical Satellite
EME – Estado-Maior do Exército	TFPHX – Task Force Phoenix
EMGFA – Estado-Maior General das Forças Armadas	TN - Território Nacional
END – Elementos Nacionais Destacados	TO – Teatro de Operações
EOD – Explosive Ordnance Disposal	TOA – Transfer of Authority
EOM – Estrutura Orgânica de Material	UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola
EOP – Estrutura Orgânica de Pessoal	URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
EP – Escola Prática	



1. Introdução

a. Definição do objectivo de investigação

O objecto do estudo é avaliar o modelo organizativo a criar e adoptar nas Forças Armadas Portuguesas (FAAP) para que as Operational Mentor and Liaison Team (OMLT), a projectar para um Teatro de Operações (TO) exterior ao Território Nacional (TN), cumpram a sua missão, respeitando o que superiormente foi definido no Conceito Estratégico Militar (CEM) e nas Missões Específicas das Forças Armadas (MIFA). Chegamos à conclusão que é possível operacionalizar o conceito das OMLT no âmbito do CEM e das MIFA.

b. Justificação da atribuição do tema.

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) criou uma nova tipologia de estruturas militares que garantam a assessoria militar a forças armadas (FA) de países que precisem de levantar o pilar fundamental de segurança. Portugal consentiu em participar com duas OMLT, uma de Guarnição (Guarn) e outra de Brigada (Brig), para apoiar a formação do Exército Nacional Afegão (ANA)¹. Desde o início dos anos noventa, Portugal vem garantido a cooperação técnico-militar (CTM) com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste. Não sendo a problemática da assessoria militar uma questão nova no nosso país, ganhou uma nova dimensão com o conceito das OMLT pelo que ele encerra de questões estruturais como o Comando e Controlo (C2) e a sustentação para garantir o cabal cumprimento da missão. Essa missão, para além de garantir o apoio ao treino, ensino e servir de *mentor* aos militares do país apoiado, também pode passar por conduzir a ligação entre as forças, apoio na área do C2 e, eventualmente, no planeamento e emprego operacional das FA em estruturação. Paralelamente, as questões da segurança e sustentação das OMLT, quer na base principal, quer quando são deslocadas, são algo inerente ao cumprimento da sua missão. Estando as FAAP empenhadas nessa missão, parece ser importante a análise desta problemática, de modo a levantarmos o modelo que possa responder a este novo desafio.

c. Delimitação do estudo

Sendo o tema das OMLT recente no âmbito da OTAN, levantam-se questões de adequação do emprego de militares a este novo tipo de missão, face ao CEM e às MIFA. O tratamento exaustivo do tema obrigaria a analisar variadíssimas áreas que levam a que o militar e a estrutura a empregar estejam aptos para cumprir a missão. Devido ao objecto do

¹ Deliberação do CSDN de 26 de Julho de 2007



estudo e às limitações físicas e temporais, não se abordarão assuntos considerados como essenciais na formação básica dos militares das FAAP, as questões financeiras fundamentais para a preparação, projecção e sustentação dos militares empenhados nas OMLT, e a aquisição dos necessários bens ou serviços. As questões administrativas nas fases do aprontamento e da vida no TO só serão analisadas no que for imprescindível para a elaboração do modelo organizativo. O Glossário de Conceitos é apresentado como Apêndice (Apêndice C – Glossário de Conceitos).

d. Metodologia

Efectuamos pesquisa bibliográfica e documental e realizamos entrevistas exploratórias. Após essa fase, estabelecemos a seguinte **Questão Central**: *No quadro conceptual do Conceito Estratégico Militar e âmbito das Missões Específicas das Forças Armadas, como caracterizar o modelo de estrutura das OMLT?*

Levantamos as seguintes **Questões Derivadas**:

- **QD 1** - *A missão das OMLT enquadra-se no CEM/MIFA?*
- **QD 2** - *A estrutura das OMLT de Guarnição e a de Brigada deverá ser conjunta?*
- **QD 3** - *Que modelo de aprontamento deverá ser assegurado para garantir a operacionalização das OMLT segundo os padrões OTAN?*
- **QD 4** - *Que estrutura de comando e controlo deve ser estabelecida nas OMLT?*
- **QD 5** - *Qual o modelo de apoio administrativo-logístico a adoptar para garantir as condições de vida e os apoios indispensáveis ao cumprimento da missão das OMLT?*

Para tentar responder à questão central e às derivadas, levantamos as seguintes hipóteses que tentaremos validar no decorrer do trabalho:

- **HIP 1** – *Sendo uma missão exterior ao Território Nacional, assumida pela OTAN e determinada pelo poder político, o conceito das OMLT enquadra-se no CEM e nas MIFA.*
- **HIP 2** – *É possível definir estruturas conjuntas ou não conjuntas das OMLT consoante a sua tipologia.*
- **HIP 3** – *É possível adequar o actual modelo de aprontamento das FND e de militares isolados ao aprontamento das OMLT.*
- **HIP 4** – *As OMLT deverão ter uma estrutura de comando e controlo que garanta uma capacidade permanente de análise da informação para apoiar a tomada da decisão do comandante, controlo das acções e ligação.*



- *HIP 5- As OMLT deverão ter uma significativa capacidade autónoma para garantir os apoios administrativo-logístico.*

Com base na análise da bibliografia, com recurso ao raciocínio próprio e às entrevistas realizadas, nomeadamente com o Comandante (Cmdt) da primeira OMLT de Guarn, fizemos a verificação das hipóteses pelo método indutivo o que nos permitiu concluir que é possível operacionalizar as OMLT no âmbito do CEM e das MIFA.

A metodologia seguiu, esquematicamente, o Diagrama da Indução apresentado em Apêndice (Apêndice A – Diagrama da Indução).

e. Organização e conteúdo do estudo

Organizamos o estudo da seguinte forma: o segundo capítulo caracteriza o actual cenário internacional e os mecanismos de resposta criados. No terceiro analisamos o edifício legal existente no nosso país na área da defesa. O quarto foi reservado para se analisar a estrutura conjunta das OMLT face à lei e ao Regulamento de Campanha – Operações (RC Op). O capítulo quinto é dedicado à análise do modelo de aprontamento a respeitar, enquanto o seguinte apresenta a estrutura necessária para garantir as capacidades de C3I nas OMLT. No sétimo capítulo apresentamos as necessidades administrativo-logístico para o cumprimento da missão. A investigação terminará com o estabelecimento das conclusões gerais, o que permitirá responder à questão central e, portanto, ao enunciado do trabalho.

O Estado da Arte é apresentado em Apêndice (Apêndice B – Estado da Arte). Porque entendemos dar uma contribuição para a organização das OMLT e das Unidades de Apoio e de Protecção apresentamos o Apêndice D – Proposta de Estrutura da Força Nacional Destacada Enquadrante das OMLT. Atendendo ao facto de ter havido evolução nas questões das OMLT, fizemos um ponto de situação das OMLT reportado ao final de Março de 2009 (Apêndice E – Situação das OMLT em 31Mar09). Finalmente, e para melhor se entender as relações de comando e controlo a que as OMLT estão submetidas no Afeganistão (AFG), apresentamos o Apêndice F – Comando e Controlo das OMLT.

2. A situação actual

a. Caracterização do cenário internacional

(1) Caracterização geral

Desde a última década do século XX, as alterações sofridas no cenário internacional, com o fim da União Soviética, do Pacto de Varsóvia e com o incremento da globalização, foram propícias ao aparecimento de novas oportunidades na cooperação



internacional entre países e destes com as organizações internacionais. Simultaneamente criavam-se situações de instabilidade caracterizadas por novas ameaças e riscos, alguns deles de difícil previsibilidade. Situações ligadas ao fundamentalismo religioso, aos conflitos étnicos, às ameaças ligadas ao terrorismo ou ao narcotráfico, tornaram vulneráveis estados localizados em lugares tão díspares como África, Médio Oriente, Cáucaso, Ásia Central e do Sul, desestruturando-os e criando deste modo riscos acrescidos para a comunidade internacional. Neste novo contexto, o terrorismo, forma de conflito assimétrico, sem limites éticos ou materiais, ganhou características de ameaça global, não reconhecendo as fronteiras estabelecidas entre os países, matando e aterrorizando os seus cidadãos. Estados com graves problemas internos, apresentando fragilidades, podem ser aproveitados pelos grupos terroristas para actividades ilícitas. Desde situações de colapso total do estado, até outras em que partes do território se encontram fora do controlo estatal, existe um leque variado de problemas, de tal modo que Thomas Risse afirmou que dois terços dos estados mundiais podem ser considerados como "*areas of limited statehood*", querendo com isto dizer que os governos não controlam a totalidade do território, não usufruem do monopólio sobre a utilização dos meios de violência, ou só são detentores de uma limitada capacidade de cumprir e implementar as suas decisões (Risse, 2005:64). Nestes espaços, os grupos terroristas possuem óptimas condições para criarem santuários onde podem desenvolver variadas actividades, desde o treino até ao seu financiamento.

(2) Caracterização da resposta

Para responder a esta ameaça, os estados viram-se obrigados a tratar as questões relativas à segurança de um modo mais abrangente e multidisciplinar entre os vários sectores. Assistimos hoje à dimensão militar conjugada com dimensões políticas, económicas e sociais, procurando-se deste modo abarcar o mais amplo leque de situações ligadas à segurança, mas também ao desenvolvimento harmónico da sociedade, reduzindo a base de recrutamento dos grupos terroristas, principalmente entre os sectores mais desfavorecidos da sociedade.

Em Outubro de 2001 uma coligação, de países liderada pelos EUA, lançou uma campanha militar no Afeganistão com o objectivo de combater o terrorismo e prender os principais suspeitos da *Al Qaeda*, responsável pelo ataque às Torres Gémeas de Nova York, ao mesmo tempo que pretendiam destruir o regime *Taliban* que os abrigara. Rapidamente depuseram o regime, assente numa base étnica Sunita e Pashtun, tendo os *Taliban* enveredado por uma guerra de guerrilha, com uma significativa capacidade de recrutamento nas zonas rurais do sul e leste do país, utilizando a zona fronteiriça com o Paquistão como santuário



Operacionalização do conceito das OMLT (Operational Mentor and Liaison Team) no seio das Forças Armadas. Enquadramento e âmbito face ao CEM/MIFA

para as suas actividades. A Organização das Nações Unidas (ONU), através da Resolução 1386 do Conselho de Segurança das Nações Unidas de 20 de Dezembro de 2001, autorizou a criação da Força Internacional de Apoio à Segurança do Afeganistão (ISAF), garantindo as condições de segurança para que as principais facções Afegãs formassem um governo. Em Agosto de 2003 a OTAN assumiu a liderança da ISAF, coexistindo duas Forças Multinacionais; a ISAF e o *Combined Security Transition Command – Afghanistan* (CSTC-A) liderado pelos EUA. Em Fevereiro de 2007 o Conselho do Atlântico Norte concordou com um maior envolvimento da OTAN, passando esta a estar presente no treino e equipamento do ANA, para além das suas forças combatentes que estavam no terreno. Visava-se, com esta acção a longo prazo, aumentar a eficácia do ANA, de modo a que estivesse em condições de garantir por si a segurança em todo o país. Para tal criaram-se as OMLT, à imagem das homólogas *Embedded Training Teams* (ETT) dos EUA.

b. Assessorias militares versus OMLT

(1) Assessorias militares

A questão da assessoria militar a um país é uma realidade muito antiga. Por exemplo, o Conde de Lippe e os oficiais que o acompanhavam tiveram durante o século XVIII uma acção marcante na reorganização do Exército de Portugal. No século XX, os EUA fizeram um grande esforço para preparar as FA do Vietname do Sul e a URSS empenhou muitos militares na formação e apoio a FA de vários países que orbitavam na sua esfera e até a grupos independentistas. Após o 25 de Abril, Cuba e a URSS empenharam-se com muitos meios para apoiarem e assessorarem o MPLA e posteriormente o Estado Angolano.

Portugal vem garantido a CTM com os PALOP, visando a capacitação institucional, no domínio da organização da estrutura Superior da Defesa e das FA, a formação militar para a aquisição de competências específicas dos militares, a capacitação de quadros militares através de acções de formação em Portugal e o apoio na área dos serviços. Pelo número de militares empregues e de assessorias asseguradas, destacaram-se a CTM com Angola, onde existiram ou existem projectos assumidos pelos três ramos, desde o Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA), Estado-Maior do Exército (EME), Instituto Superior de Ensino Militar, Academia Militar, até à Brigada de Comandos, formação de Fuzileiros e outras. Recentemente é de salientar a CTM com Timor-Leste. Estas acções foram incrementadas em estados que estavam em paz ou em processo de consolidação da paz, havendo garantias de que os assessores não tinham necessidades acrescidas de segurança, podendo a sua acção decorrer dentro de um ambiente de normalidade. No início dos anos



noventa a cooperação com Angola teve um cariz diferente, com as nossas equipas a apoiarem no terreno a formação do novo Exército, à custa de militares do Governo e da UNITA.

(2) OMLT

A situação no Iraque e no AFG obrigou os EUA e a OTAN a empenharem-se na preparação e apoio das FA desses países para que, após um período inicial em que grande parte do esforço para estabilizar a situação interna recaiu nas forças da coligação, a responsabilidade vá sendo transferida para as autoridades locais. É uma situação que exigirá tempo e meios, de modo a que a doutrina possa ser ensinada e as unidades levantadas e treinadas até atingirem a desejada capacidade operacional.

As OMLT podem funcionar em vários patamares, estando previsto que no AFG assessorem os escalões Corpo de Exército (CE), Brig, Batalhão (Bat) e as de Guarn para apoiar as unidades territoriais do ANA. Com elas², pretende-se que, quando projectadas para a Área de Operações Conjunta e Combinada (CJOA) treinem, ensinem e sirvam de mentor³ às unidades do ANA, garantindo a conduta que permita a ligação, o C2 e, quando solicitado, apoiem o planeamento e emprego operacional, facilitando o desenvolvimento de um ANA competente, profissional e auto-suficiente. As OMLT são acompanhadas por outras assessorias, como é o caso da polícia afegã até às equipas militares e civis. No terreno, todas ajudam a criar e estruturar órgãos do estado que apoiem o desenvolvimento da sociedade civil, como é o caso dos *Provincial Reconstruction Team (PRT)*.

Portugal consentiu em participar com duas OMLT. Assim, a primeira OMLT de Guarn foi projectada para o TO no início do segundo trimestre de 2008, estando previsto que a primeira OMLT de Brig seja projectada no início de 2009. Esta situação, que ocorre após a saída da nossa Força Nacional Destacada (FND), criou uma nova oportunidade para que a cota parte das nossas responsabilidades na OTAN continue a ser cumprida, mantendo-se a nossa Bandeira no teatro do AFG, e um problema para garantir a sua sustentação e protecção. A acção vai decorrer num ambiente de confrontação com grupos terroristas, havendo inclusivamente necessidade de reforço do poder militar da coligação para lhes fazer frente, ainda numa situação de imposição da paz. O próprio estado está em processo de afirmação, com problemas tribais e grandes carências económicas e financeiras. Por isso, as necessidades

² (ISAF, 2007: 3)

³ O “*mentoring*” designa as actividades desenvolvidas por uma pessoa (o mentor) em proveito de outra (o *mentee*) de forma a ajudá-lo a executar o seu trabalho de uma forma mais eficiente ou a progredir na carreira. O mentor deverá ser experiente nas situações em que vai influenciar o seu *mentee*, podendo usar várias ferramentas para o conseguir como sejam o treino, a discussão, o aconselhamento, etc.



Operacionalização do conceito das OMLT (Operational Mentor and Liaison Team) no seio das Forças Armadas. Enquadramento e âmbito face ao CEM/MIFA

de apoio e segurança das OMLT são uma realidade, principalmente para as que acompanham as unidades do ANA em operações. Para países que possuem forças no AFG é fácil obter sinergias entre estas e as OMLT, apoiando-se nelas os assessores, libertando-os para que se possam concentrar na essência da sua missão.

c. Síntese

Tal como em relação à CTM, o emprego das FAAP para garantir as OMLT, insere-se na política de Portugal que, ao fazer uso de meios militares como vector da sua política externa, cumpre compromissos internacionais, sejam eles com os PALOP ou com a OTAN. Nesta abordagem da cooperação existem vantagens para o nosso País, que se debate com problemas económicos e financeiros que lhe colocam dificuldades na edificação de umas FA modernas. Com meios compatíveis com as nossas possibilidades, passando geralmente pelo empenhamento de graduados e alguns meios materiais, é possível estarmos presentes em vários países onde temos interesses, honrando os nossos compromissos e dando um contributo válido em áreas em que somos detentores de conhecimentos, como é o caso da guerra de contra-subversão. Outra situação vantajosa é a colaboração com povos com quem temos especial afinidade histórica e cujas FA possuem um relativo desenvolvimento tecnológico, precisando de incrementar um modelo organizativo coerente e adaptado às suas reais necessidades de defesa, ao mesmo tempo que formam os seus militares.

Não sendo a problemática da assessoria militar uma questão nova no nosso país, ela ganhou uma nova dimensão com o conceito das OMLT pelo que ele encerra de questões estruturais, C2, apoio e protecção da força, para garantir o cabal cumprimento da missão em Teatros de Operações, porventura tão ou mais exigentes que o do AFG.

Apoiando-nos nos conhecimentos adquiridos na CTM e no preconizado pela OTAN quanto às OMLT, podemos enunciar a seguinte conclusão parcial:

- Se na essência o conceito de OMLT é análogo ao da CTM no entanto encerra em si um conjunto de exigências e riscos que as diferencia da CTM desenvolvida por Portugal.

3. Quadro interno enquadrante das OMLT

Importa analisarmos a problemática das OMLT face à legislação existente em Portugal e que seja particularmente importante para a segurança e para as FAAP.

a. Constituição da República

Abordemos inicialmente a Constituição da República, carta magna das normas supremas do ordenamento jurídico de Portugal. No nº 5 do artigo nº 275 é dito que “*Incumbe*



b. Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas

A Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA), de 11 de Dezembro de 1982, encontra-se em fase de revisão. No seu artigo nº 3 diz que “*A defesa nacional é igualmente exercida no quadro dos compromissos internacionais assumidos pelo País*” (LDNFA, 1982:2). Mais à frente no nº 4, do artigo 9º, é dito que “*incumbe às FA, nos termos da lei, satisfazer os compromissos internacionais do Estado Português no âmbito militar...*” (LDNFA, 1982:5). Mais determina no artigo nº 22 que “*a actuação das FA desenvolve-se no respeito pela Constituição e pelas leis em vigor, em execução da política de defesa nacional definida e do conceito estratégico de defesa nacional aprovado, e por forma a corresponder às normas e orientações estabelecidas nos níveis seguintes: a) Conceito estratégico militar; b) Missões das Forças Armadas; c) Sistemas de forças; d) Dispositivo.*” (LDNFA;1982:10)

Novamente observamos a abertura legal para que o Estado Português possa empregar a força militar para a satisfação de compromissos internacionais. Procuremos os conceitos e orientações para o emprego das FAAP nos documentos indicados na lei.

c. Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN)⁴

O Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), de 20 de Janeiro de 2003, no seu ponto 5.3 indica como “*... áreas de interesse relevante para a definição do espaço estratégico de interesse nacional conjuntural, para além das mencionadas, quaisquer outras zonas do globo em que, em certo momento, os interesses nacionais estejam em causa ou tenham lugar acontecimentos que os possam afectar*”. Logo adiante, no ponto 6.2 exprime-se a intenção que, perante a ameaça que hoje o terrorismo constitui para a segurança e estabilidade internacionais, já que é considerado dentro das ameaças relevantes, o Estado deve “*colaborar activamente, no quadro da comunidade internacional, em especial com os seus aliados e parceiros, na prevenção do terrorismo, em múltiplas vertentes, incluindo operações militares...*”. No ponto 7.2 é expresso que “*...o sistema de segurança e defesa de Portugal tem como eixo estruturante a Aliança Atlântica...*”, sendo que, de acordo com o ponto 8.1, a defesa nacional, no plano das missões principais das FA é o garante “*...da*

⁴ Diário da República – Iª Série – B, nº16 de 20 de Janeiro de 2003, pags 284 a 286



concretização dos objectivos do Estado e da satisfação dos seus compromissos internacionais, actuando como instrumento da política externa...”. Por último, no ponto 7.5 é salientada a importância da Comunidades dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) no âmbito da defesa nacional, indicando-se que “...deve ser acentuada para, nomeadamente: reforçar a sua dimensão de defesa; desenvolver a cooperação de defesa, militar e não militar, numa base solidária, profissional e de respeito mútuo pela individualidade dos Estados...”. Relevemos o que foi expresso em termos de possível área de actuação das FAAP, salientando-se a possibilidade de emprego fora do espaço estratégico de interesse nacional, actuando como instrumento da política externa do Estado. Pela sua importância, realcemos o papel que o terrorismo hoje representa, podendo Portugal colaborar com os países aliados no combate a esta ameaça. A OTAN é a organização chave para a segurança e defesa do País.

d. Conceito Estratégico Militar (CEM) de 2003⁵

No enquadramento afirma-se que “A situação de segurança do ambiente internacional fez emergir um novo conjunto de factores de instabilidade, potencialmente geradores de novas ameaças, que não podem ser previstas com rigor em termos geográficos e temporais. Merecem reflexão, entre outros aspectos, a emergência dos chamados “Estados párias...”. Para fazer face a este novo ambiente, é preconizado que se tornou necessária a “...noção de alargamento das fronteiras de segurança e de defesa...”. Para Portugal constatarem-se consequências, derivadas das organizações internacionais de que fazemos parte, alianças e parcerias que “... impõem responsabilidades e se constituem como condicionantes das suas respostas...”, obrigando a que “o emprego de forças militares de forma conjunta e combinada terá de se adaptar aos novos cenários”. Saliente-se, no seguimento do que já tinha sido expresso no CEDN, o conceito de alargamento de fronteiras de segurança e de defesa para fazer face às novas ameaças colocadas pelo terrorismo e pela existência de estados com graves problemas internos servindo de refúgio a organizações terroristas. Portugal, fruto das organizações internacionais em que participa, pode ser chamado a colaborar no combate a estas ameaças.

No capítulo seguinte, dedicado às orientações gerais, quando se abordam as linhas orientadoras dos alinhamentos do nosso País, reafirma-se que assume especial relevância “...a promoção e a afirmação do País através de um contributo equilibrado e credível para a OTAN, que continua a ser o pilar fundamental para a defesa colectiva...”. Esta participação

⁵ O CEM de 2003 tem a classificação de segurança **CONFIDENCIAL**.



Operacionalização do conceito das OMLT (Operational Mentor and Liaison Team) no seio das Forças Armadas. Enquadramento e âmbito face ao CEM/MIFA

obrigará a que “... *devem criar-se mecanismos e estruturas que tenham correspondência nos nossos aliados e dispor de forças militares que, pelas suas características, capacidades e qualidade, constituam uma mais-valia neste contexto*”. O desejo de se criarem estruturas e forças interoperáveis e compatíveis com as dos nossos aliados, podendo ser cedidas à OTAN, constitui-se como uma mais-valia operacional.

No capítulo destinado ao conceito de acção militar é preconizado que é indispensável “...*flexibilizar a capacidade de resposta para fazer face a um conjunto de situações inopinadas de complexidade e de características muito diversificadas*...”. Num novo contexto internacional, muito fluido e em que é difícil caracterizar o modelo de forças a empregar, deve-se privilegiar a flexibilização da resposta de modo a cobrir um amplo leque de possibilidades de emprego.

Quando se aborda o nível de ambição, interessa salientar que as Forças Navais deverão ter “...*uma unidade anfíbia de escalão Bat*...” e “*a disponibilidade de forças de operações especiais*...”. As Forças Terrestres deverão ser capazes de garantir “*O empenhamento sustentado e continuado de uma força de escalão Bat, em três TO simultâneos, respeitando um a uma situação de conflito de alta intensidade e os dois restantes a missões humanitárias e de apoio à paz; o empenhamento, em alternativa, de uma força de escalão Brig num único TO e para todo o espectro de missões; a disponibilidade permanente de forças de operações especiais*...”. Realce-se a previsibilidade de emprego simultâneo de unidades em cenários diferentes.

Por último, no capítulo destinado às orientações específicas encontramos indicações para o planeamento operacional que deverá “*garantir a participação nacional em forças da OTAN, de forma permanente, no entendimento de que o empenhamento na Aliança continua a constituir um objectivo prioritário no âmbito das organizações de defesa colectiva que Portugal integra*”.

e. Missões Específicas das Forças Armadas (MIFA)⁶

Na área da prevenção e combate às novas ameaças a MC9 define o emprego “... *nos termos da lei, forças e meios militares na prevenção e combate a ameaças terroristas, tirando partido das capacidades residentes nas FA, ... e, ... cooperar com parceiros e aliados na ordem externa*”. Já quanto aos compromissos internacionais no âmbito militar, a MC 12 estabelece a missão de “*Empregar forças e meios militares na satisfação dos compromissos*

⁶ As MIFA têm a classificação de segurança **RESERVADO**.



internacionais assumidos por Portugal, ... contribuir, ainda, para operações desenvolvidas ... pela OTAN, ... e pelas coligações de que o País é parte, com o objectivo de preservar a paz e a segurança internacionais". Não havendo missões que estipulem especificamente a constituição de OMLT, estão contempladas situações onde elas se podem encaixar já que se trata de empregar, sob a égide da OTAN, meios na prevenção e combate às novas ameaças.

f. Sistema de Forças Aprovado⁷

Foi definido em Conselho Superior das Forças Armadas (CSDN), em 21 de Outubro de 2004, e inclui a componente operacional e a fixa ou territorial.

A componente naval tem uma componente de manobra e as componentes de apoio de combate e de serviços nomeadamente, um Batalhão Ligeiro de Desembarque (BLD), um Destacamento de Acções Especiais (DAE) e um Destacamento de Informações (DHUMINT). Estão estabelecidas limitações temporais para o empenhamento prolongado do DAE e do DHUMINT fora do TN.

A componente terrestre compreende uma Brigada de Reacção Rápida (BRR), com subunidades de pára-quedistas, de comandos, de operações especiais, de reconhecimento e os apoios, uma Brigada de Intervenção (BrigInt), com subunidades de infantaria, auto-metralhadoras, reconhecimento e de apoio, uma Brigada Mecanizada (BrigMec), com subunidades de infantaria mecanizada, carros de combate, reconhecimento e de apoio, forças para a defesa imediata dos Açores e da Madeira, que não estão primariamente vocacionadas para compromissos internacionais, e unidades de apoio geral para apoiar as brigadas, desde a artilharia de campanha, anti-aérea, engenharia, NBQ, inactivação de engenhos explosivos, transmissões, manutenção, reabastecimento e serviços, transportes, saúde, informações militares e equipas Human Intelligence (HUMINT), que integram o Destacamento de Informações e Segurança Militar, estando algumas delas consignadas a compromissos internacionais. O nível de ambição para o Exército é o de projectar para fora do TN uma Brig, ou simultaneamente três Bat, sendo um numa situação de conflito de alta intensidade e os outros dois em operações de baixa intensidade.

Na componente aérea salientaremos, quatro *Tactical Air Control Parties (TACP)*, um Destacamento de Polícia Aérea (DPA) e cinco equipas *Explosive, Ordnance Disposal (EOD)*. Estes meios podem ser empregues para garantir compromissos internacionais.

⁷ O Sistema de Forças Aprovado (SFN 04 (COP) tem a classificação de segurança **CONFIDENCIAL**.



No dispositivo do Exército verifica-se a existência de um conjunto de meios operacionais capaz de garantir o apoio administrativo-logístico e a protecção das OMLT. Do mesmo modo podemos falar dos militares para preencher os lugares de *mentor*, que poderão sair da componente operacional ou da fixa. Dentro dos meios da Marinha, salientemos o BLD de onde poderão sair subunidades de protecção às OMLT e um conjunto de especialistas de várias áreas da componente operacional e da fixa. Na Força Aérea existe o DPA, os TACPS, as equipas EOD e vários tipos de especialistas que poderão integrar as OMLT.

g. Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA)⁸

Terminemos a análise dos documentos enquadrantes do emprego de forças no exterior do TN consultando a Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA), encontrando-se em fase de aprovação uma nova versão desta lei. Na alínea nº 2 do artigo 2º é afirmado que as FA, para além de cumprirem a sua missão básica de assegurarem a defesa militar contra qualquer agressão ou ameaça externa “... *podem satisfazer no âmbito militar, os compromissos internacionais assumidos*” e na alínea nº4 do mesmo artigo somos remetidos para o CSDN para a definição das missões específicas das FA.

f. Elementos de síntese

Após esta pesquisa parece plausível concluir que:

- O conceito das OMLT não se encontra expresso em nenhum dos documentos analisados, o que não é de estranhar face à altura em que eles foram elaborados e à data em que o conceito de OMLT apareceu na OTAN;
- Todos os documentos, a começar na Constituição da República e passando pela LDNFA, abrem a hipótese da participação das FA na satisfação de compromissos internacionais assumidos pelo Estado, actuando como instrumento da política externa;
- A OTAN, como organização vocacionada para garantir a defesa dos países membros, continua a ser estruturante para a segurança e defesa do nosso País;
- No novo cenário, Portugal assume que o espaço estratégico de interesse nacional conjuntural pode ser qualquer zona do globo onde os seus interesses estejam em causa;
- Sendo hoje o terrorismo uma das principais ameaças que se colocam aos estados, Portugal assume que deve colaborar solidariamente com os seus aliados neste combate, podendo para tal empregar meios militares, nomeadamente no apoio a estados com graves problemas de afirmação interna e que por isso necessitam de ajuda externa para estruturarem o seu pilar da segurança;

⁸Diário da República – Iª Série – A, nº 198 de 29 de Agosto de 1991, pag 4491



Operacionalização do conceito das OMLT (Operational Mentor and Liaison Team) no seio das Forças Armadas. Enquadramento e âmbito face ao CEM/MIFA

- Há necessidade de adaptar o emprego de forças militares de forma conjunta e combinada aos novos cenários, criando-se mecanismos e estruturas que tenham correspondência nos nossos aliados e dispor de forças militares que, pelas suas características, capacidades e qualidade, constituam uma mais-valia;
- É necessário flexibilizar a capacidade de resposta para fazer face a um conjunto de situações inopinadas de complexidade e de características muito diversificadas. Assim, tem cabimento considerar equipas de assessoria, como as OMLT, como uma forma de resposta;
- Nas MIFA está previsto o emprego das FA fora do TN, no combate ao terrorismo, em parceria com os nossos aliados, sob a égide da OTAN;
- As FAAP são detentoras de um conjunto de meios que podem ser empregues nas OMLT.

Poder-se-á admitir a confirmação da Hipótese n.º 1 e enunciar a seguinte conclusão parcial:

Apesar de não estar explícito no CEM e nas MIFA, bem como nos outros documentos enquadrantes da segurança e defesa de Portugal, o conceito das OMLT pode ser operacionalizado pelas FAAP e elas podem ser empregues fora do TN, no cumprimento de missões determinadas pelo poder político, pois inserem-se claramente no âmbito dos compromissos internacionais e nas acções de cooperação.

4. Estrutura conjunta nas OMLT?

a. Elementos de análise

Estando a maioria dos países da OTAN a enveredar por forças conjuntas, intervenções recentes do Senhor Presidente da República e de alguns políticos, vieram trazer para cima da mesa a actualidade da questão do emprego de forças conjuntas pelo nosso País, procurando-se um mais criterioso e judicioso emprego dos meios militares.

(1) Conceito Estratégico de Defesa Nacional

O CEDN afirma no seu ponto nº 9, quando aborda a questão dos meios necessários e políticas estruturantes, deverem as FAAP “... *dispor de uma organização flexível e modular adequada aos modernos requisitos de empenhamento operacional, conjunto e combinado, privilegiando a interoperabilidade dos meios*” (CEDN, 2003:286). Tendo Portugal a intenção de acompanhar os países aliados em missões fora do TN, a doutrina da OTAN aponta para a necessidade da implementação de estruturas conjuntas e aptas a trabalhar com as suas congéneres aliadas.



(2) Conceito Estratégico Militar

No CEM, no capítulo do enquadramento, é afirmado que “*O emprego de forças militares de forma conjunta e combinada terá de se adaptar aos novos cenários e, numa perspectiva realista, acompanhar a evolução dos nossos aliados...*”. No capítulo reservado ao conceito de acção militar é indicado que se torna indispensável explorar “... *as potencialidades da acção conjunta...*”. “*Adequar a arquitectura de forças e os meios aos modernos requisitos de emprego operacional, conjunto e combinado, privilegiando a interoperabilidade...*” é uma das orientações específicas apontadas para o planeamento de forças. Por último, é referido que “...*os planos a desenvolver nos níveis estratégico e operacional deverão, sempre que possível, ter como referencia e alicerce fundamental a doutrina conjunta da OTAN*”. Está aberta a porta para analisar esta problemática à luz dos conceitos mais recentes, quer da OTAN, quer nacionais.

(3) Missões Específicas das Forças Armadas

Nas MIFA fala-se de “*missões específicas das FA no seu conjunto*”, não sendo relevante a sua análise porque é indicado que, para o seu cumprimento, “...*cada Ramo executa, no quadro legal específico, as tarefas correspondentes no seu âmbito...*”.

(4) Conceito de OMLT

O conceito de OMLT não se enquadra no que habitualmente conhecemos quando falamos de força já que, apesar de ter um Cmdt, a sua estrutura é constituída por conselheiros militares, cada um deles vocacionado para uma determinada área ou especialidade, todas elas concorrendo para apoiar a edificação das FA do país apoiado. Como faz parte da sua missão estarem aptas para acompanhar em operações as forças do país apoiado, ajudando no planeamento e na conduta, há necessidade de pensar num conjunto de meios adicionais que garantam a sua protecção e nos apoios administrativo-logístico capazes de conferir a sua sustentação. Para além de cada militar ter que estar apto a garantir a sua protecção e contribuir para a protecção dos restantes membros da OMLT, em certos casos, nomeadamente na assessoria a operações militares no terreno, também deverão estar aptos a solicitar pedidos de apoios adicionais às forças amigas, como pode ser o caso do apoio aéreo, de fogos ou evacuação sanitária. Assim, podemos ter que passar de um conjunto de *mentors* para uma estrutura mais complexa, com capacidade autónoma de protecção e de alguma sustentação logística. O actual conceito das OMLT também consagra a hipótese de haver cooperação entre países amigos na edificação destas estruturas, criando-se a figura de país líder que, para além de contribuir com meios, também recebe contribuições de outros, como é o caso das



OMLT de Brig e de Bat. Torna-se pertinente uma leitura do RC Op, nomeadamente na parte dedicada às operações conjuntas e combinadas, e ao capítulo dedicado à protecção da força.

(5) Regulamento de Campanha - Operações⁹

(a) Operações militares - ambiente operacional

Na análise do actual ambiente operacional é salientada a necessidade de privilegiar o¹⁰ “...emprego de forças através da unidade e conjugação de esforços de todo o tipo de forças e, por isso, se caracteriza por ser um ambiente que privilegia as operações conjuntas o que obriga a analisar em que medida se podem empregar todo o tipo de forças, qual a componente que em determinado momento deverá ser a componente decisiva e de que forma podem as outras componentes contribuir”. Salientemos a necessidade de, para cada caso, se efectuar uma ponderação de emprego de forças, dando primazia às forças conjuntas, mas chamando a atenção para que a realidade ditada pelo ambiente operacional deverá ser soberana na escolha do tipo da força e da componente que deve encabeçar e lhe dar corpo, remetendo-se as outras componentes para contribuintes da mesma. No caso das OMLT também terá que se ponderar o tipo de assessoria a garantir. Portugal disponibilizou duas OMLT para o AFG para apoiar as forças terrestres, mas, por exemplo em Angola, já houve, ou ainda há, apoios aos três Ramos das FA e à sua estrutura superior. Parece por isso ser de todo pertinente ter presente esta consideração, tanto mais que não nos parece fazer sentido apoiar a formação de uma unidade de fuzileiros com assessores da Força Aérea, nem garantir o apoio à instrução de voo de aeronaves de asa fixa com pessoal do Exército. No entanto, no apoio ao Instituto Superior de Ensino Militar, que é conjunto, terá todo o sentido poder contar com assessores militares dos três Ramos. Este problema tem raízes mais fundas porque, mesmo para situações de assessoria onde exista um peso significativo de especificidades técnicas, como é o caso da manutenção ou das comunicações, há sempre uma outra área de doutrina de emprego que lhe está intimamente ligada. Sendo um dos objectivos das OMLT ensinar um corpo coerente de doutrina às FA apoiadas, este facto não pode ser negligenciado.

(b) Princípios das operações conjuntas e combinadas

De entre os princípios das operações conjuntas e combinadas, pensamos serem especialmente importantes para o conceito das OMLT¹¹:

⁹ O RC Op, de Setembro de 2005, baseia-se no Allied Tactical Publication (ATP) 3.2 Land Doctrine (Julho 2003) e nos FM 3-0 Operations e FM 3-90 Tactics.

¹⁰ RC Op Capítulo 2 - Operações Militares Secção I – ambiente operacional, pag 2-6

¹¹ RC Op Capítulo 2 - Operações Militares Secção I – ambiente operacional, pag 2-8 até 2-10



- Os do **objectivo**, porque os objectivos claramente definidos e compreendidos contribuem para atingir o estado final desejado. Neste caso, criar as condições necessárias para que as FA do AFG sejam capazes de conduzir as operações de forma autónoma;

- O da **unidade de esforços**, sendo a união de esforços alicerçada na coesão. No caso do AFG pretende-se que todas as OMLT estejam aptas para ensinarem doutrina da OTAN. Para Portugal também se coloca a questão de elas poderem ser conjuntas, obrigando a que todos os militares estejam dentro da doutrina terrestre da OTAN;

- O da **cooperação**, porque possibilita a coordenação das actividades no sentido de maximizar a combinação de esforços. Esta cooperação colocar-se-á no terreno entre a estrutura da ISAF, da CSTC-A e do ANA, e até com organizações internacionais a operarem no terreno. Internamente levantar-se-ão questões entre os Ramos e o EMGFA, desde o nível institucional até ao da preparação e operacionalização das OMLT;

- O da **sustentação**, na sua vertente administrativo-logística. As OMLT deverão possuir um bom nível de autonomia, mesmo quando forem enviadas para fora das suas bases normais, além de que a sustentação diária é uma responsabilidade nacional. Eventualmente haverá que procurar sinergias com outras forças presentes no terreno;

- O da **economia de esforços**, através de uma judiciosa atribuição de meios. Sendo Portugal um país com necessidades, haverá que procurar cumprir a missão sem desperdícios, não pondo em risco a especificidade das OMLT, a sua segurança e garantindo alguma redundância de meios para fazer face a situações inopinadas;

- O da **flexibilidade**, resolvendo os problemas da forma mais adequada. Em TO instáveis, deverá haver capacidade da estrutura se adaptar rapidamente a novas situações decorrentes de questões operacionais ou logísticas;

- O da **manutenção do moral**, dependente de uma liderança capaz, assente numa estrutura perfeitamente definida e com uma clara delimitação de responsabilidades;

- O da **segurança**, assumindo medidas activas, passivas e até de alguma capacidade de regeneração, para reduzir as vulnerabilidades face às ameaças. A segurança das OMLT é uma responsabilidade nacional;

- O da **simplicidade** das estruturas e dos procedimentos.

(c) Principais capacidades conjuntas

Salientaremos as seguintes capacidades conjuntas¹²:

¹² RC Op Parte II, capítulo 1, Natureza das Operações do Nível Operacional, secção II – capacidades conjuntas, pag 1-3 até 1-6



Operacionalização do conceito das OMLT (Operational Mentor and Liaison Team) no seio das Forças Armadas. Enquadramento e âmbito face ao CEM/MIFA

- **Comando e controlo**, abarcando todos os meios colocados à disposição das OMLT, devendo a autoridade para dirigir “...*estar centralizada ao mais alto nível de forma a poder ser alcançada a unidade de esforços...*”;

- **Informações capazes** de “...*apoiar o planeamento, a execução e a sustentação das operações militares pelo fornecimento de informações detalhadas, atempadas e seleccionadas de acordo com a missão do comandante*”. É importante para que o Cmdt possa fazer a sua gestão do risco;

- **Planeamento** porque é através dele que se pode alcançar a unidade de esforços. Esta capacidade tem que começar ao mais alto nível, leia-se EMGFA, no Ramo que receber a missão de aprontamento e continuar até à OMLT, desde a fase de preparação até à fase de projecção e operação no país apoiado.

Não esquecendo as outras capacidades, porque é preciso estar apto a apoiar o planeamento da manobra das forças do país apoiado, seleccionando potenciais alvos e explorando o poder de fogo existente, podendo chegar ao ponto de ter que se constituir como pólo centralizador dos pedidos de apoio de fogos às forças amigas, parece-nos serem estas as principais capacidades que haverá que explorar na estruturação das OMLT, nomeadamente quando elas forem empregues em ambientes de risco e com carências logísticas, que obriguem a criar órgãos ou forças de apoio.

Não sendo o Cmdt da OMLT possuidor de um estado-maior (EM) que o apoie no controlo das actividades, será necessário haver uma estrutura, porventura servida por militares em duplicação de funções, à custa dos assessores e de outros militares que estejam a desempenhar funções nas áreas do apoio ou da protecção, garantindo a capacidade mínima para acompanhar o fluxo das informações do TO e apoiando na gestão do risco. Tal como está a acontecer no AFG, é natural que exista uma estrutura enquadrante das OMLT, porventura em ligação estreita com o comando das forças do país apoiado. Esta estrutura deverá providenciar o fluxo de informações necessário para garantir a segurança das OMLT, e permitir o planeamento das operações das forças do país apoiado. Esta realidade, se nos pode trazer alguma tranquilidade quanto à obtenção e tratamento da informação, não invalida a necessidade de existir um acompanhamento contínuo da realidade vivida no TO, principalmente se o risco for elevado, obrigando a que o Cmdt das OMLT esteja apto a fazer a sua gestão do risco.



(d) Princípios de comando e controlo¹³

A **unidade de comando** deverá ser garantida “... através da subordinação a um Cmdt de todos os meios envolvidos, bem como da atribuição da correspondente autoridade para que possa coordenar e dirigir da forma mais conveniente...”. Havendo que apoiar as OMLT com meios e forças adicionais, tem que haver uma definição clara de quem é o Cmdt e conferir-lhe autoridade para poder desempenhar cabalmente a sua missão. Igualmente tem que ser respeitado o princípio da clareza da cadeia de comando, respeitando a hierarquização de toda a força, garantindo aos comandos subordinados a liberdade para agir no cumprimento de cada uma das missões particulares, nomeadamente de apoio e de protecção das OMLT. No AFG poderemos ter um problema adicional resultante do oferecimento de duas OMLT, com características distintas e que podem operar em locais diferentes, implicando a necessidade de partilhar as unidades que garantirão a sua protecção e o apoio administrativo-logístico. Esse facto pode levar a que se tenha que pensar num conceito de Força no AFG com um Cmdt e um pequeno EM, onde estarão as duas OMLT e os seus respectivos comandantes bem como as unidades de protecção e de apoio, cada uma delas também com os seus comandantes.

(e) Protecção da força

A protecção da força¹⁴ é definida como “...um sistema integrado de medidas, atitudes e meios, que visam a manutenção do potencial do combate de uma força...”, sendo “... uma função inalienável e responsabilidade de todos os escalões de comando e um dever básico de todo o pessoal militar”. Actualmente “... a questão das baixas é um assunto cada vez mais pertinente na conduta das operações militares...”, condicionando sobremaneira a actuação dos comandantes, obrigando-os a aplicar meios para reduzir ou eliminar as acções inimigas, de forma a preservar o seu potencial de combate. As OMLT irão actuar num ambiente multinacional e multifuncional, obrigando por isso a ter especial atenção “... à heterogeneidade das forças, para além da presença de um conjunto de novos actores que operam nas áreas de operações...”. A gestão do risco terá que estar sempre presente, colocando ao Cmdt um dilema permanente entre a missão e as medidas de protecção da força, sendo necessário um acompanhamento permanente da situação para lhe permitir tomar as decisões mais acertadas no momento adequado.

¹³ Rc Op, Parte II, capítulo 2, Comando e Controlo das Operações Conjuntas e Combinadas, secção II – Princípios de comando e controlo, pag 2-1 até 2-3

¹⁴ RC Op, Parte IV – Actividades e Tarefas Comuns – capítulo 7, Protecção da Força, pag 7-1 até 7-11



Operacionalização do conceito das OMLT (Operational Mentor and Liaison Team) no seio das Forças Armadas. Enquadramento e âmbito face ao CEM/MIFA

Por último, as quatro componentes da protecção, a segurança e protecção, a defesa activa, a defesa passiva e alguma capacidade de recuperação terão que estar presentes no dia-a-dia das OMLT, sabendo-se, no entanto, que algumas destas responsabilidades serão partilhadas com outras forças presentes no TO, como é o caso da protecção física das instalações, o reconhecimento e inactivação de engenhos explosivos, o tratamento e evacuação sanitária e a descontaminação de material e equipamento.

É nossa opinião que, para garantir uma mais correcta actuação no terreno em situações que podem ser de combate, é mais adequado que haja uniformidade de doutrina e procedimentos entre os militares da OMLT e da unidade que lhe garante a protecção. Assim, se o levantamento da OMLT for dado a um Ramo, ou tiver a primazia de um Ramo na sua constituição, a unidade que garante a protecção deverá ser desse Ramo.

Esta situação não se colocará com tanta acuidade na unidade/órgão que garante o apoio administrativo-logístico, já que aí haverá uma prevalência das questões técnicas, apesar de não estar fora de questão o seu emprego no acompanhamento da OMLT quando esta tiver que se deslocar para fora do seu local normal de trabalho. Haverá que salvaguardar questões das especialidades dos militares quando for necessário operar equipamentos que algum dos Ramos não possua.

b. Elementos de síntese

Em termos de síntese deste capítulo, convém salientar o seguinte:

- Deverá haver um militar que assuma claramente o comando da OMLT e dos apoios que lhe sejam necessários, criando-se uma cadeia de comando perfeitamente definida;
- No caso em que existam mais que uma OMLT a operar, e haja necessidade de partilhar apoios, deverá ser nomeado um Cmdt que controlará todos os meios presentes no TO, funcionando neste caso como um Cmdt de uma FND, salvaguardando-se a autoridade dos comandantes das OMLT, atendendo à sua especificidade;
- Deverá haver no TO, onde estão a operar as OMLT, capacidade para acompanhar o fluxo das informações, mesmo que para tal se tenha que fazer uso de militares com duplas funções, dotando deste modo o Cmdt dos meios indispensáveis para fazer a sua gestão do risco e, deste modo, melhorar a protecção da força;
- A unidade que for designada para garantir a protecção da OMLT deverá ser do mesmo Ramo que tiver a primazia na sua constituição;
- A unidade de apoio administrativo-logístico poderá ser conjunta, havendo o cuidado da escolha dos especialistas em função dos materiais presentes no TO;



- Desejavelmente deveremos fazer uso de meios/forças conjuntas na edificação das OMLT, devendo este conceito estar subordinado à realidade do TO onde se vai operar e ao tipo de assessoria a garantir. É por isso possível ter OMLT de um só Ramo, ou com supremacia de meios de um Ramo relativamente aos outros. Nesta última situação há sempre que ponderar se a escolha de um assessor de outro Ramo não compromete o corpo de doutrina a transmitir pela OMLT à unidade apoiada.

Podemos concluir que a Hipótese 2 é confirmada. Assim, poderemos extrair a seguinte conclusão parcial:

O conceito de emprego de meios/forças conjunto nas OMLT deve-se subordinar ao tipo de assessoria a garantir. Sempre que possível, e sempre que o tipo de assessoria o aconselhar, dever-se-ão privilegiar modelos conjuntos nas OMLT. Há que contar com a eventual necessidade de se constituírem órgãos/unidades para garantirem o apoio administrativo-logístico e a protecção. A unidade que garante a protecção deverá ser do Ramo que tiver a primazia na OMLT. O órgão/unidade de apoio administrativo-logístico pode ser conjunto.

5. O modelo actualmente existente para aprontamento das FND satisfaz as necessidades que se levantam na fase de aprontamento das OMLT em Território Nacional?

a. Generalidades

Desde os anos noventa, as FAAP já aprontaram várias dezenas de unidades de vários escalões e tipos que posteriormente foram projectadas para Teatros de Operações, desde Timor-Leste até ao AFG, passando por Moçambique, Angola, Bósnia-Herzegovina, Kosovo e Líbano. Simultaneamente, enviou militares isolados em missões de CTM, para integrarem quartéis-generais internacionais, ou como observadores fazendo parte de equipas sob a égide de organizações internacionais, para variadíssimos países.

O Gen CEMGFA normalmente atribui a responsabilidade de aprontamento das forças a um Ramo, tendo o Exército assumido um papel importante e determinante nesta área. Ressalva-se desta situação o aprontamento da primeira OMLT de Guarn em que o Gen CEMGFA entendeu assumir responsabilidades no aprontamento e no apoio logístico, tendo os Ramos colaborado.

No Exército, depois de recebido do EMGFA o documento que lhe determina as futuras missões, faz-se um planeamento de emprego das forças a médio/longo prazo, que vai sendo actualizado todos os anos, face a novas missões no exterior, a outras que se deixam de executar, ou até a situações particulares das unidades que podem ou não aconselhar o seu



Operacionalização do conceito das OMLT (Operational Mentor and Liaison Team) no seio das Forças Armadas. Enquadramento e âmbito face ao CEM/MIFA

emprego num determinado TO. Neste processo entram os encargos nacionais com as FND, as *NATO Response Forces (NRF)*, a Força de Reacção Imediata (FRI) e eventualmente outros, como é o caso das OMLT. Nesta fase de planeamento tenta-se respeitar um ciclo quaternário de empenhamento das forças. Na impossibilidade do Sistema de Forças permitir este desiderato planeia-se segundo um ciclo ternário.

b. Modelo de Aprontamento

O aprontamento começa com a respectiva directiva, normalmente do General Chefe do Estado-Maior do Ramo, depois de o Gen GEMGFA lhe ter atribuído a missão. No Exército há posteriormente directivas do General Cmdt Operacional e do Cmdt da Grande Unidade (GU) que efectuará o aprontamento da força. Se esta não tiver um quadro orgânico coincidente com uma força que faça parte do Sistema de Forças, torna-se necessário fazer uma composição e articulação dos meios tendo como base o “*Catálogo de Forças*”. No entanto, em casos como o das OMLT será necessário “*desenhá-la*” e fazer aprovar a sua Estrutura Orgânica de Pessoal (EOP) e de Material (EOM). Este momento é muito importante e porventura delicado, principalmente se estivermos perante uma força ou OMLT conjunta, onde o EMGFA tem a palavra decisiva, em colaboração com os Ramos.

A operacionalização do aprontamento começa pela escolha da GU que vai assumir esta responsabilidade, bem como da sua subunidade que se vai constituir como FND. A escolha do Cmdt é um processo que merece especial atenção, sendo a sua nomeação aprovada pelo Gen CEME. Como muitas vezes as unidades não estão com o seu pessoal a 100%, principalmente nas áreas mais técnicas, torna-se necessário efectuar concursos para oferecimento de voluntários, avançando-se para as nomeações se não for possível satisfazer as necessidades.

O Exército tem feito um grande esforço para que seis meses antes da data da projecção da FND esta esteja o mais apta possível para iniciar o aprontamento nas melhores condições, garantindo-se um normal desenrolar do período de aprontamento nacional e principalmente no cumprimento da missão fora do TN.

Conforme o tipo de operação que a força vai conduzir, das suas características, do risco que se espera viver no TO e das necessidades de adestramento, nomeadamente a meios que não sejam normais nas unidades, assim se dará maior ou menor importância à preparação individual, sendo que esta é normalmente a etapa inicial do aprontamento, decorrendo nas escolas práticas (EP) ou nas unidades que possuam os meios que necessitam de aprendizagem individual. Tenta-se fazer coincidir esta altura com as actividades sanitárias, administrativas e de satisfação de carências logísticas, como é o caso do fornecimento do fardamento e dos



equipamentos individuais. Segue-se o treino colectivo, que vai avançando de escalão, terminando com um exercício final de aprontamento que envolve a FND, merecendo uma avaliação da Inspeção Geral do Exército (IGE), certificando-a ou não.

c. Necessidades de aprontamento das OMLT

Para a missão no AFG, o treino das OMLT é conduzido em três fases¹⁵, pretendendo-se que haja uma base comum a todas elas. A primeira fase decorre no território de cada país e incide sobre a preparação individual. A segunda é a cargo da OTAN, que já tem alguns cursos a decorrer e planeia outros para todos os tipos de OMLT. A terceira fase decorre no TO.

(1) Fase que decorre sob responsabilidade nacional

Pretende-se que a OMLT desenvolva a sua capacidade para operar com o ANA, de coordenar as operações deste com a ISAF, seja capaz de garantir a sua auto-protecção e alguma auto-sustentação. No mínimo, os militares deverão receber informação e treino sobre a missão da ISAF, servir de elo de ligação entre a ISAF e o ANA, conhecer as armas que vão operar e as que são operadas pelo ANA de modo a eventualmente poder ministrar instrução de manuseamento e execução de tiro, ameaça da guerra de minas, procedimentos contra os engenhos explosivos improvisados (C-IED), regras de empenhamento, leis da guerra, defesa NBQ, higiene e primeiros socorros e como proceder com pessoal e equipamento inimigo capturado. Também deverão receber instrução sobre as operações em climas quentes e frios, operações de contra-subversão, estarem aptos a assessorar o planeamento operacional do ANA, poderem ensinar e acompanhar o desenvolvimento das capacidades de combate do ANA, a preparação para trabalhar com intérpretes, treino de condução de viaturas, etc. É evidente que o peso e o nível de algumas destas áreas do conhecimento militar estarão dependentes do tipo de OMLT, podendo ser menos relevantes ao nível das OMLT de CE e muito importantes ao nível das de Bat. Principalmente para as OMLT que se poderão deslocar para fora da sua guarnição, a OTAN aconselha uma série de capacidades adicionais que vão desde um mínimo de conhecimentos de língua inglesa, até à capacidade de combater ao lado das unidades do ANA, conhecer a sua doutrina, pedir apoios de fogos, operar os sistemas de comunicações e informações da OTAN até ao nível de companhia e outras.

Subjacentes à estruturação da preparação estarão os critérios de validação da ISAF, que deverão ser verificados no fim da preparação da OMLT pela entidade nacional inspectora competente, que no caso do Exército é a IGE.

¹⁵ Concept of Operations for Operational Mentor and Liaison Teams (OMLT), 1ª Revisão, de 01 de Maio de 2008, SHAPE



(2) Fase que decorre sob responsabilidade da OTAN

A segunda fase tem como objectivos uniformizar os conhecimentos sobre a doutrina do ANA, princípios do treino e as técnicas, tácticas e procedimentos das OMLT, ganhando-se assim coerência e eficiência entre as forças do ANA e da ISAF operando num ambiente combinado. A tónica é posta na actualização da ameaça no TO e das operações a decorrer, no desenvolvimento de uma compreensão e metodologia comum na maneira como trabalhar com os militares e intérpretes ao serviço do ANA, exercitar a doutrina, métodos e procedimentos da integração do Apoio Aéreo Próximo (CAS) com as operações terrestres, bem como os pedidos e regulação de fogos indirectos e procedimentos da evacuação sanitária. Abordam-se outras temáticas como a missão e inter-acção com as organizações internacionais e não-governamentais presentes no TO, as regras de empenhamento e as restrições de emprego (*caveats*) das forças, etc.

Existe actualmente um curso obrigatório de 17 dias para as OMLT de Bat que decorre no *Joint Multinational Readiness Centre* (JMRC) dos EUA, em *Hohenfels*, na Alemanha, muito focalizado nos conceitos básicos essenciais para o combatente. O curso tem duas fases: a primeira essencialmente teórica e a segunda mais prática visando aplicar os conhecimentos adquiridos. Como é ao nível de Bat que mais se faz sentir a necessidade de acompanhar as unidades do ANA no terreno, o treino está muito focalizado nos procedimentos mais comuns a quem está no terreno, desde o conhecimento da doutrina do ANA, cultura e história tribal, pedir e regular fogos indirectos, pedir apoio aéreo, operar os sistemas de comunicações e informações da OTAN, C-IED e outras. Pensamos que os cursos para as OMLT de CE, Brig e de Guarn terão uma estrutura e matérias diferentes do de Bat, porque as assessorias das OMLT de CE e de Guarn terão outros requisitos, estando mais viradas para apoiar os respectivos EM, em cada uma das suas áreas funcionais, de modo a poderem desenvolver o seu trabalho de planeamento e controlo das operações, continuando, no entanto, a ter que continuar a ser garantida a sua segurança.

Estes cursos decorrem em períodos definidos, nem sempre muito adequados ao normal desenrolar da preparação e da futura projecção das OMLT, como já se constatou no planeamento das OMLT de Brig e de Guarn Portuguesas.

(3) Aprontamento a decorrer no teatro de operações

A terceira fase decorrerá no TO, havendo um período inicial de seis dias a cargo da ISAF em que serão fornecidas informações actualizadas sobre a área em que vão operar e o treino ou as operações planeadas. Este período servirá para os *mentors* conhecerem os



militares que prestam serviço no Quartel-General (QG) da ISAF. Segue-se uma passagem pelo respectivo QG Regional para a familiarização com o pessoal e procedimentos, após o que se apresentarão na respectiva unidade do ANA. No final deste período, as equipas terão cerca de trinta dias para se ligarem com as OMLT ou ETT que serão rendidas, para se efectuar “a passagem do testemunho”, havendo como que uma duplicação das assessorias (note-se que a partir da segunda OMLT já não haverá este período de adaptação por se considerar que a validação nacional está feita). Simultaneamente conhecem-se mais em pormenor as características da unidade, do seu Cmdt e dos interlocutores afegãos, particularidades étnicas e outras. No caso de se estar a iniciar a assessoria a uma unidade do ANA, o escalão superior das OMLT ou ETT responsabilizar-se-á por um período de trinta dias para habilitar as OMLT com os requisitos para operar como uma equipa.

(4) Validação

No final deste processo, e para que existam garantias que as OMLT estão aptas a apoiar o ANA na condução de todo o espectro de operações e de acordo com o mandato conferido à ISAF, as primeiras OMLT a desempenhar a assessoria serão submetidas a um processo de validação. O processo é da responsabilidade do COMISAF e observa os critérios de validação desenvolvidos pela ISAF e pelo CSTC-A. No caso de a OMLT não estar capaz de ser validada, terá um período suplementar para se preparar convenientemente. Se mesmo assim não houver possibilidade de validação, será pedido ao país para substituir a OMLT ou avisa-se o SACEUR para que o país retire a sua contribuição da OMLT.

A forma como a OTAN planeou a preparação das OMLT e a especificidade que é requerida não estão totalmente conforme o que vem sendo prática das FAAP no aprontamento das FND. Há áreas em que poderá e deverá haver um aproveitamento da experiência recolhida, mas outras há em que teremos que planear uma nova abordagem.

d. Análise

(1) Áreas onde há aplicabilidade do modelo

Começamos pelas áreas em que podemos aplicar o modelo existente:

- Pensamos adequado que as GU, no caso do Exército, sejam encarregues do aprontamento das OMLT, porque nelas existe muita experiência de aprontamento de FND, boa capacidade de planeamento e condução das suas várias fases, e uma boa base de recrutamento do pessoal, primariamente da componente operacional, para guarnecer as OMLT e as unidades de protecção e de apoio. Daquilo que conhecemos, os outros Ramos quando foram chamados a aprontar meios, que não os navios ou as aeronaves e os respectivos



Operacionalização do conceito das OMLT (Operational Mentor and Liaison Team) no seio das Forças Armadas. Enquadramento e âmbito face ao CEM/MIFA

órgãos de apoio, só se viram confrontados com aprontamentos individuais ou de pequenas equipas, como os TACP para o AFG;

- De um modo geral, o aprontamento das unidades que vão garantir a protecção e o apoio administrativo-logístico das OMLT, pode seguir o modelo actualmente existente para as FND, salvaguardando-se a oportunidade dos seus graduados acompanharem os *mentors* no curso a realizar numa EP, ou pelo menos de alguns dos seus módulos;

- Há actividades do aprontamento, desde a selecção do pessoal e continuando, por exemplo, para a sanitária, que deverão continuar a ser seguidas, salvaguardando a necessidade de eventualmente haver um prazo mais dilatado para a escolha do pessoal da OMLT. A calendarização da segunda fase do treino das equipas e a eventual necessidade de só se fazer um curso anual de preparação das OMLT em TN pode obrigar a que a selecção do pessoal decorra num período superior aos habituais seis meses até à projecção para o AFG. Por outro lado, a realização dos testes de língua inglesa aos *mentors*, pode obrigar à substituição dos elementos inicialmente seleccionados, se estes não conseguirem cumprir os mínimos estabelecidos. Pensamos ser necessária uma nova metodologia, principalmente para os graduados, tornando-se obrigatório que periodicamente se fizessem exames de língua inglesa, e porventura de francês, que habilitassem os militares por um determinado período, facilitando-se a fase de escolha do pessoal a nomear para missões fora do TN e que obriguem a ter conhecimentos linguísticos;

- O refrescamento dos conhecimentos sobre a defesa individual, reacção a emboscadas, guerra de minas e C-IED, a adaptação a novas armas e outros materiais e que também serve para se aprofundar o conhecimento mútuo entre o pessoal da OMLT, das unidades de protecção e de apoio, deverá continuar a seguir o modelo preconizado para as FND, decorrendo numa unidade que preferencialmente tenha instalações onde estes treinos possam ser realizados adequadamente;

- Nos vários tipos de OMLT existem especialistas de saúde, comunicações, manutenção, ou condutores que poderão necessitar de fazer cursos de actualização na área da emergência médica, adaptação à manutenção e operação de meios pouco habituais nas FAAP, como são as viaturas HUMMVEE, ou centrais telefónicas mais desenvolvidas. Nestes casos dever-se-ão providenciar cursos/estágios em EP/unidades que possuam estas capacidades, tal como já vem sendo feito.



(2) Áreas que precisam de nova abordagem

Há áreas em que é necessária uma nova abordagem do aprontamento para ser possível responder cabalmente aos requisitos levantados pela OTAN:

- Já referimos a eventual necessidade de se fazer a selecção e nomeação do pessoal com mais de seis meses de antecedência relativamente à data prevista da projecção da OMLT;

- O problema da aprendizagem de línguas estrangeiras, principalmente o inglês, volta a fazer sentir a sua acuidade, sendo necessário adequar o modelo actualmente existente para que se agilize o processo de verificação de conhecimentos;

- Como referimos, a OTAN indica um conjunto de áreas do saber militar, e não só, que todos os militares integrantes de uma OMLT, seja ela de que tipo for, deverão dominar. É evidente que os graduados ao longo da sua carreira vão efectuando cursos que lhes conferem conhecimentos acrescidos, facilitando o seu emprego em missões que exijam capacidades que não são treinadas frequentemente. No entanto, TO exigentes, como é o caso do AFG e Iraque, em que não há consentimento de todas as partes para a nossa presença, as ameaças de emboscadas, o uso de minas e engenhos explosivos improvisados são uma constante, os militares irão cooperar com forças de vários países, operando sistemas pouco conhecidos por não serem utilizados pelas FAAP, obrigam a que se façam acções de formação ou actualização. A responsabilidade e a complexidade do cenário de emprego das OMLT, e porque há militares que passam períodos da sua vida militar com pouca vivência destes assuntos, mais acentuam esta necessidade. Tal como se faz no Curso de Promoção a Capitão, pode-se pensar num curso com uma metodologia semelhante, ou seja, seria responsabilidade primária de uma EP, cabendo às outras apoiar nas respectivas áreas. Pensamos ser muito conveniente fazer uso de militares que já tenham servido no TO, em FND ou OMLT, sendo conhecedores da história e costumes locais, que possam fazer uma caracterização geral do país e até das ameaças e que já possuam rudimentos da língua do país a apoiar. Nesta altura também se deverá fazer um aprofundamento da língua inglesa, bem como de outras matérias tidas como pertinentes para a actuação no TO. As áreas a abordar passariam por todas aquelas que a OTAN indica como indispensáveis, havendo necessidade de se abordar outras matérias sobre procedimentos e materiais da OTAN com os quais não estamos muito familiarizados, como são, por exemplo, os seus sistemas de comunicações e informações. Seria um curso com uma componente teórica e outra prática onde se treinariam no terreno os conhecimentos adquiridos. O JMRC já providenciou uma estrutura do curso que está a leccionar, com as matérias e os tempos escolares necessários, podendo ser uma primeira abordagem ao curso a



realizar em Portugal, tendo em atenção que esta proposta está muito focalizada nas OMLT de Bat. Poder-se-ia fazer um por ano para não sobrecarregar muito as EP, obrigando neste caso a que houvesse nomeações de militares com cerca de um ano de antecedência relativamente à sua projecção. No caso do Comando responsável pela nomeação do pessoal ter dificuldade neste processo, ter-se-iam que realizar mais cursos, sendo certo que, no actual momento e se a calendarização da projecção das duas OMLT se mantiver, será muito difícil fazer um curso para cada OMLT. Tal poderia levar à necessidade de efectuar quatro cursos por ano, situação que nos parece de alguma complexidade e dificuldade. Para além dos *mentors* os graduados que fossem integrados nas unidades de protecção e de apoio também deveriam assistir ao curso, ou pelo menos aos módulos que mais directamente lhes digam respeito. O Comando responsável pela instrução terá que ter uma palavra definidora sobre este curso, sua estrutura, matérias e duração, ouvido o Comando Operacional.

Havendo carências de cursos na OTAN para as OMLT, e apesar da primeira fase da sua preparação ser da responsabilidade nacional, poder-se-á equacionar a hipótese de abrir este curso a países estrangeiros interessados, havendo partilha de responsabilidades e conhecimentos. Portugal tem uma acrescida experiência de guerra de contra-subversão em África, vem fornecendo assessoria militar a alguns países, tem experiência do TO do AFG, e também alguma do Iraque onde tivemos militares durante alguns anos, sendo possível retirar conhecimentos desta experiência que poderíamos partilhar, obtendo algumas mais-valias interessantes para nós na área do conhecimento ou da partilha de custos.

e. Elementos de Síntese

Do exposto no presente capítulo poderá ser extraída a seguinte síntese:

- As GU devem continuar a ser responsáveis pelo aprontamento das OMLT;
- O aprontamento dos militares das unidades de protecção e de apoio pode continuar a seguir o modelo de aprontamento existente para as FND, sendo necessário que os graduados frequentem o curso ou módulos do curso das OMLT;
- Haverá que adequar o início da nomeação do pessoal das OMLT em função das datas do curso nacional e do curso a frequentar na OTAN. Todos os graduados deverão fazer um teste de língua inglesa que os certifique por um determinado período;
- Todos os militares da força deverão passar por um período de refrescamento dos conhecimentos de segurança individual e colectiva;
- Devem-se fazer cursos ou estágios em áreas técnicas para alguns militares da força;



Operacionalização do conceito das OMLT (Operational Mentor and Liaison Team) no seio das Forças Armadas. Enquadramento e âmbito face ao CEM/MIFA

- Necessidade de criar um curso numa EP, com o apoio das outras, para os graduados que irão integrar as OMLT. Os graduados das unidades de protecção e de apoio deverão assistir ao curso ou pelo menos aos módulos mais adequados.

Poder-se-á admitir a confirmação da Hipótese n.º 3 e enunciar a seguinte conclusão parcial:

Pensamos que é necessário adaptar o modelo actualmente existente de aprontamento das FND de forma a responder às necessidades de preparação das OMLT, havendo por isso que implementar uma nova metodologia que permita uma mais capaz habilitação dos militares que vão desempenhar as funções de *mentor*, bem como daqueles que os vão apoiar nas áreas da protecção e administrativo-logística.

6. Estrutura das OMLT para garantir o comando, controlo, comunicações e informações

a. Estruturas de comando existentes no Afeganistão

(1) Comando e controlo

No Afeganistão coexistem duas estruturas de comando¹⁶, para além da do ANA:

- A da ISAF, com comando completo sobre os seus Comandos Regionais (RC) e o *Director of ANA Training and Equipping Support* (DATES). A ISAF terá Controlo Operacional (OPCON) sobre as OMLT, colocando-as normalmente em Controlo Tático (TACON) dos RC onde operam para facilitar a coordenação das suas actividades;

- A do CSTC-A, que tem sob o seu comando a *Task Force Phoenix* (TFPHX). Esta força tem comando completo sobre o *Afghan Regional Security Integration Command* (ARSIC). Sob este comando está o *Regional Corps Advisory Command* (RCAC).

O CSTC-A tem a responsabilidade do treino do ANA, tendo também o controlo de treino sobre toda a estrutura, que se estende às OMLT de CE, Brig e Bat. A TFPHX também tem controlo de treino sobre todas as OMLT o que lhe garante autoridade para dar orientações específicas nesta área às OMLT, através do ARSIC e do RCAC. Esta medida de coordenação permite à TFPHX definir a doutrina, tática, técnicas e procedimentos a ensinar ao ANA, bem como acompanhar o seu desenvolvimento e adoptar medidas correctivas se houver desvios relativamente ao planeado. A TFPHX informa a ISAF, através do DATES, sobre o progresso da preparação do ANA e do estado das OMLT e ETT. O ARSIC tem a missão de coordenar as actividades do *Afghan National Security Forces* (ANSF) numa região, ligando-se com os

¹⁶ Ver Apêndice F – COMANDO E CONTROLO DAS OMLT



Operacionalização do conceito das OMLT (Operational Mentor and Liaison Team) no seio das Forças Armadas. Enquadramento e âmbito face ao CEM/MIFA

RC/ISAF para informar sobre a evolução do ANA e do estado das OMLT e ETT presentes na região. O RCAC sincroniza as actividades do ANA em cada uma das regiões.

As OMLT/ETT de CE trabalham estreitamente com o RCAC, tendo autoridade para coordenar a actividade de todas as OMLT/ETT que trabalhem dentro do CE. As OMLT de Brig dão orientações às OMLT/ETT subordinadas e coordenam a sua actividade com a OMLT/ETT de CE. Saliente-se que, apesar de habitualmente as OMLT estarem sob TACON do RC onde operam, na fase *verde* das unidades do ANA, também poderão ficar sob TACON das unidades a quem dão assessoria (os países têm mostrado relutância a que tal aconteça). O ciclo operacional do ANA comporta três fases que se apelidam de vermelha, amarela e verde, com uma duração total de nove meses. A fase vermelha dura um mês e a amarela tem a duração de dois meses. A verde normalmente tem a duração de seis meses, correspondendo à fase das operações, incluindo o treino colectivo de Companhia e Bat, e exercícios de postos de comando de Brig e CE, quando as unidades não estão empenhadas em operações. As *Logistic Suport Teams* (LST) dos EUA, que estão sob comando da TFPHX, ficarão sob TACON das OMLT, para as poderem apoiar logisticamente.

O CSTC-A e a TFPHX têm uma relação de coordenação com o DATE)/ISAF (estão-se a notar problemas nesta área). As operações do ANA decorrem sob a sua estrutura de comando e coordenadas com a ISAF.

Em TO onde a ameaça é significativa, a gestão do risco é feita no mais alto escalão (QG/ISAF) e nos patamares subordinados (RC), por um conjunto significativo de militares, passando pelas informações, comunicações, engenharia, saúde, e outros. Esta informação é disponibilizada à célula da Força de Protecção encarregue de proteger as OMLT, permitindo que o Cmdt possa assumir as necessárias medidas para minorar o risco. Devido à grande volatilidade da situação num TO deste tipo, é necessário um acompanhamento permanente da situação de modo a que o pessoal das OMLT e os outros militares que integram as unidades de protecção e apoio, possam assumir correcta e atempadamente as medidas activas e passivas de protecção adequadas a cada situação. A informação e a gestão do risco também servem para que a OMLT possa assegurar à unidade do ANA apoiada a melhor protecção possível no desenrolar da operação.

(2) Comunicações

A OTAN garante as ligações entre as OMLT, o RCAC e os RC usando equipamentos *Tactical Satellite* (TACSAT) e os meios que garantam as capacidades de comunicações e informações para os principais locais onde se localizam OMLT fixas,



nomeadamente as de Guarn, que serão responsáveis pelos centros de comunicações fixos, instalados nas bases do ANA. Cada país fornecerá os meios de comunicações quando as OMLT tiverem que apoiar o ANA ao nível de Companhia ou inferior, bem como as comunicações internas da OMLT, com as unidades de protecção e de apoio. Como as OMLT e as ETT vão cooperar no terreno, é necessário que as plataformas *Communications and Information System* (CIS) sejam interoperáveis para garantir a troca de informações entre elas e para que os RC as possam controlar. As OMLT deslocáveis receberão comunicações móveis da OTAN para se ligarem com o respectivo RC e com a ISAF.

b. Requisitos para as OMLT e análise

Do que foi anteriormente dito convém salientar o seguinte por ser relevante:

- As nossas OMLT ficarão sob OPCON da ISAF e TACON do RC onde operarem. A OMLT de Brig poderá ficar sob TACON da unidade apoiada na sua fase operacional verde;
- As OMLT serão controladas, na missão de treino, pelo CSTC-A, através da TFPHX;
- As actividades das OMLT, que trabalharem dentro de um CE, serão coordenadas pela OMLT de CE, que se ligará com o RCAC. As OMLT de Brig orientarão as OMLT de Bat;
- As OMLT terão as LST sob TACON;
- As OMLT são responsáveis pela ligação entre o ANA e a ISAF ao nível das províncias. O ANA tem cinco CE, com a respectiva assessoria. Existe uma *Task Force* da ISAF, garantindo-se que o ANA recebe os meios e as informações de que precisa para conduzir operações com as forças da ISAF, e por sua vez a ISAF pode acompanhar o evoluir do estado de prontidão operacional do ANA;
- As plataformas de CIS das OMLT terão que ser interoperáveis com as das ETT;
- É necessário que q OMLT de Guarn opere um centro fixo de comunicações;
- A OTAN apoiará com comunicações as operações combinadas do ANA, e as ligações móveis entre as OMLT deslocáveis, o RC respectivo e a ISAF.

O nosso RC Op acrescenta¹⁷ que “*A estrutura de C2 e as relações de comando devem ser redundantes, robustos, flexíveis bem como ter capacidade de ser desenvolvidos e adaptados ao longo do decurso da operação*”.

As nossas FND, quando empregues fora do TN, são atribuídas pelo Gen CEMGFA sob OPCON ao Comando que está no TO, através do *Transfer of Authority* (TOA). As OMLT estão a ser atribuídas na mesma situação, ficando sob TACON do respectivo RC, como

¹⁷ Parte II – Operações Conjuntas e Combinadas, capítulo 1 Natureza das Operações Conjuntas e Combinadas, pag 1-3



Operacionalização do conceito das OMLT (Operational Mentor and Liaison Team) no seio das Forças Armadas. Enquadramento e âmbito face ao CEM/MIFA

também já ficava a FND. As novidades neste caso prendem-se com a estrutura dos EUA que controla o treino, a coordenação das actividades sob a égide da OMLT de CE, bem como a eventualidade de a nossa OMLT de Brig ficar em TACON da Brig do ANA que for assessorar. Esta situação poderá acarretar alguns problemas já que as OMLT não possuem nenhum EM para executar as actividades de coordenação e ligação, salientando-se neste aspecto a actividade da OMLT de Brig que coordenará a actividade das OMLT que estiverem a operar nos Batalhões. Por sua vez, a OMLT de Guarn poderá ter que garantir um centro de comunicações fixo, a operar vinte e quatro horas por dia.

Teremos que garantir as ligações com Portugal, usando as capacidades da OMLT de Guarn, e as ligações da nossa base permanente com os locais para onde se deslocar a OMLT de Brig. Igualmente, as ligações internas entre os membros da OMLT, e desta com as suas unidades de protecção e de apoio serão responsabilidade nacional. Deverá haver capacidade de ligação para garantir os movimentos de apoio logístico para a nossa base principal e daqui para as bases destacadas onde a OMLT de Brig esteja presente.

Não havendo uma FND no terreno, como é o caso do AFG, parece-nos pertinente a existência de uma entidade que coordene a actividade das OMLT e as unidades que vão garantir a protecção e o apoio administrativo-logístico. As OMLT, para além da sua actividade normal de assessoria, têm que garantir um conjunto vasto de actividades, desde a coordenação de actividades de outras OMLT, como é o caso da de Brig, estabelecer ligação com as estruturas da ISAF e do CSTC-A (através da TFPHX), bem como com Portugal, garantir a necessária protecção, havendo por isso que se fazer continuamente a gestão do risco nas áreas onde se operar, para o que é preciso acompanhar a situação. Tratar das questões logísticas com as entidades nacionais, com a estrutura da ISAF, porventura com as LST e eventuais empresas civis, procurando garantir que não há quebras nos fluxos logístico, das questões administrativas dos militares e de outras que se levantem, requer um acompanhamento diário que acreditamos não ser compatível com a assessoria às unidades do ANA, que ocupará muito tempo e, no caso da OMLT de Brig, pode levar a que os militares se ausentem por longos períodos da base principal. É evidente que pode, e se calhar deve, haver uma ajuda dos assessores para apoiar sempre que possível, mas parece-nos arriscado garantir todas estas actividades sem ter ninguém dedicado em exclusivo ao seu acompanhamento.

Pensamos que o conceito de Força Destacada (FD), englobando as OMLT, unidades de protecção e de apoio logístico, faz sentido. À semelhança das FND, seria nomeado um Cmdt



Operacionalização do conceito das OMLT (Operational Mentor and Liaison Team) no seio das Forças Armadas. Enquadramento e âmbito face ao CEM/MIFA

da Força, que teria consigo um EM para o apoiar no acompanhamento e controlo das actividades e sob o seu comando as OMLT, unidades de protecção e de apoio logístico.

c. Elementos de Síntese

Do que acima foi exposto parece legítimo extrair a seguinte síntese:

- No AFG coexistem duas estruturas de comando; a da ISAF, que tem OPCON sobre as OMLT, e a da CSTC-A, que tem a responsabilidade de treino do ANA através da TFPHX, para além da estrutura de comando do ANA;
- As OMLT ficarão em TACON do RC onde operarem, podendo ficar em TACON da unidade afegã que estiver a assessorar, na sua fase operacional;
- As OMLT de CE controlarão as actividades das OMLT que operarem na sua área;
- A ISAF e os RC trabalharão a informação necessária para que os Comandantes das OMLT possam fazer a sua gestão do risco;
- A OTAN garantirá as ligações entre o QG/ISAF, os RC e os RCAC com meios TACSAT. Fornecerá os equipamentos fixos que serão operados pelas OMLT de Guarn, assegurando ligação com essas bases, e os meios para assegurar as ligações das OMLT com os QG/ISAF e RC.
- Para possibilitar a permuta de informação entre as OMLT e as ETT, e destas para os RC, os meios CIS deverão ser interoperáveis.
- As ligações internas da força e desta para o TN são responsabilidade nacional.
- É necessário que exista um Cmdt da FND, com um pequeno EM que possibilite o C2 da actividade das OMLT e das unidades de protecção e de apoio, possibilitando-lhe fazer a gestão do risco e as ligações com as estruturas de comando no terreno.

Admite-se a confirmação da Hipótese n.º 4 e enuncia-se a seguinte conclusão parcial:

O modelo de OMLT preconizado pela OTAN só está adaptado às missões directas de assessoria, sendo por isso necessário que exista uma unidade de protecção e uma de apoio. Este conjunto deverá estar subordinado a um Cmdt de FND que deverá ter um pequeno EM para o assessorar.

7. O modelo de apoio administrativo – logístico às FND adapta-se às OMLT?

a. Suporte conceptual

A caracterização do apoio logístico às OMLT encontra-se definida através do *Standard Operating Procedure (SOP) 419* da ISAF, que constitui o Anexo E à *OMLT Concept of Operations* (CONOPS) do *Supreme Headquarters Allied Powers Europe* (SHAPE) de



Operacionalização do conceito das OMLT (Operational Mentor and Liaison Team) no seio das Forças Armadas. Enquadramento e âmbito face ao CEM/MIFA

01Mai08, também servindo de guia para o apoio logístico das LST. Nele é indicado que é responsabilidade nacional garantir o apoio logístico às OMLT, nas várias funções e classes de reabastecimento, de modo a que esteja disponível da forma mais adequada, no momento certo e onde for necessário.

Tem sido corrente nas FAAP o Gen CEMGFA delegar no Gen CEM do Ramo responsável pela FND o planeamento, coordenação e execução do apoio logístico. O Gen CEME produziu a Directiva nº 23/CEME/08 que norteia o apoio logístico às FND, Elementos Nacionais Destacados (END), NRF, *Battle Group* ou outras Forças do Exército que se constituam para projecção para fora do TN. As actividades administrativo - logísticas e financeiras que ficam a cargo do Exército são o planeamento, programação, orçamentação, execução e controlo das actividades de aprontamento, e a projecção, sustentação, rendição e retracção dos END e FND no âmbito das Missões Humanitárias e de Paz. Para garantir os apoios o Exército trabalha em colaboração com o EMGFA e os outros Ramos. Internamente o EME e os Órgãos Centrais de Comando e Direcção (OCAD) colaboram.

b. Apoio às OMLT e análise

A questão do apoio às OMLT pode ser encarada de duas formas algo distintas: o apoio às OMLT que não saem das suas bases e às que podem acompanhar as unidades do ANA, no decorrer das operações. No Anexo C do OMLT CONOPS¹⁸ é preconizado para todos os tipos de OMLT um conjunto de materiais considerado como mínimo, desde o armamento de vários tipos, viaturas, material óptico, de comunicações, de apoio à instrução e sanitário, levantando-se problemas para garantir a sua operação e manutenção. Cada OMLT tem que ser auto-suficiente por um período mínimo de cinco dias, excepto classe III, e sete dias em classe V. O Gen CEME¹⁹ preconiza que em termos de planeamento se devem considerar “...um mínimo de 7 Dias de Abastecimento (DOS) nas Forças, para todas as Classes de Abastecimento OTAN e 23 DOS no TN, sem prejuízo de eventuais requisitos específicos”. Relativamente às OMLT não existe nada de extraordinário comparando com o que já vem sendo feito nesta área com as FND.

(1) Apoio às OMLT fixas

Esta situação tem semelhanças com o que é feito pelo nosso País para apoiar as nossas forças em vários TO. Começa-se por um reconhecimento ao TO verificando as capacidades de apoio, garantido por outros países, por empresas civis locais ou que se vão

¹⁸ SHAPE 0515/SHJ3SDC/FC/08 – 202490 *Operational Mentor and Liaison Team Concept of Operations*

¹⁹ Directiva nº 23/CEME/08



implantar no terreno e por civis contratados, constatando as necessidades específicas que se colocarão à força. Feito o levantamento, e escolhida a modalidade de apoio, temo-nos socorrido de um conjunto de soluções que conjugamos. Contratamos com empresas civis o apoio diário em áreas como a alimentação confeccionada, limpeza do aquartelamento, fornecimento de energia eléctrica e de combustíveis, ligação à internet e à televisão, a sustentação de áreas de lazer e desporto e outras. Contratamos pessoal civil para apoiar a vida dos militares, como é o caso de várias assessorias militares em África em que funcionários civis locais confeccionam a alimentação, efectuem a limpeza das instalações, garantem o controlo de acessos, efectuem aquisições no mercado local e pequenas reparações. Através do mercado local, e sempre que tal é viável por questões de segurança ou de capacidade local de satisfazer as nossas necessidades, adquirem-se artigos como sobresselentes para viaturas e máquinas, géneros alimentares, combustível, pequenos equipamentos para apoio à vida diária, etc. Em vários TO efectuamos contratos com outros países presentes com forças, através de *Memorandums of Understanding* (MOU), e de *Technical Agreement* (TA), garantindo apoios, como foi o caso da partilha de instalações e respectivos custos de segurança e manutenção, o fornecimento de sobresselentes para viaturas ou até de certos tipos de munições. Utilizamos meios aéreos civis e militares, terrestres e marítimos para fazer chegar aos TO artigos que pelo seu custo, carência no mercado local ou especificidade militar obrigavam à sua aquisição em Portugal e posterior envio, como é o caso de alguns equipamentos, sobresselentes para armas ou viaturas, armas, munições, explosivos e outros.

Através de capacidades internas das FND, apoiadas por acordos com estruturas locais de saúde ou por capacidades residentes noutros escalões da estrutura militar presente no TO, faz-se face às necessidades sanitárias. O ROLE 1 é responsabilidade nacional, podendo ser garantido através de MoU e TA²⁰. O ROLE 2 e 3 são garantidos através do mesmo mecanismo de cooperação com países amigos. Subjacente está a possibilidade da evacuação sanitária para um país amigo ou para o TN através de meios aéreos.

Em ambas as situações, quer nas FND, quer nos países onde temos CTM, existiu a capacidade de através de uma Companhia de Comando e Serviços, de um Módulo de Apoio, ou simplesmente pela nomeação de um ou mais militares que tivessem a responsabilidade administrativo-logístico de coordenar os apoios locais, poder centralizar a área logística e financeira de modo a que, usando uma estrutura de apoio flexível, se garantisse a sustentação nas suas várias facetas. No Iraque, onde tivemos alguns militares em funções de assessoria, o

²⁰ Directiva nº 28/CEME/08



Operacionalização do conceito das OMLT (Operational Mentor and Liaison Team) no seio das Forças Armadas. Enquadramento e âmbito face ao CEM/MIFA

apoio logístico diário dos militares foi estabelecido na base de um acordo com os EUA que, através dos seus meios militares ou contratados com entidades civis, garantiam a sustentação dos militares dentro da *Green Zone*.

No caso das OMLT de CE ou de Guarn, que não saem das suas bases, a constituição de uma unidade de apoio que garanta alguns apoios imediatos, como é o caso da manutenção de viaturas, armas e dos meios de comunicações, a aquisição dos artigos no mercado local e que coordene, fiscalize e pague os contratos que estabelecermos com outros países e empresas civis, estabeleça as coordenações com a estrutura logística presente no terreno, bem como com Portugal, pode resolver a maior parte das necessidades que se levantarão. O AFG, onde mantivemos alguns dos contratos com empresas civis que já existiam desde o tempo da FND, é um exemplo de como ultrapassar este problema. Os voos que a Força Aérea mantém para esse país podem ajudar a resolver os casos em que seja necessário fazer chegar artigos ou evacuar os que necessitem de manutenção.

Está previsto que exista pessoal de saúde fazendo parte das OMLT, podendo-se fazer uso das suas capacidades para um apoio imediato aos militares, havendo que garantir as instalações e os equipamentos indispensáveis. Para os casos que requeiram mais atenção, existe uma estrutura militar de apoio, coordenada pelo COMISAF e que engloba hospitais garantindo pelo menos ROLE 2. Cada país terá que indicar quais as capacidades que as suas forças possuem no TO, bem como os seus planos sanitários, incluindo *Medical Evacuation* (MEDEVAC). Como poderá haver alguma dispersão dos *mentor* no terreno, cada militar terá que conhecer os procedimentos para garantir o apoio sanitário ou MEDEVAC. Assim, pensamos que o modelo implementado para as FND é suficiente para garantir o apoio logístico desejado desde que seja constituída uma unidade de apoio para acompanhar no terreno estas OMLT.

(2) OMLT deslocáveis com as unidades do ANA

Há OMLT que se podem deslocar, como é o caso das de Brig e de Bat. Enquanto a OMLT permanecer na sua base habitual, o modelo indicado anteriormente é válido. O mesmo não se passará quando ela sair da sua base habitual. Para além da auto-suficiência mínima de cinco dias, excepto classe III, e sete dias em classe V, as OMLT deslocáveis terão que estar preparadas para que os seus militares possam permanecer algum tempo fora das bases normais de apoio, vivendo no campo. No entanto, pensamos que esta situação é especialmente aplicável às OMLT de Bat e com menor probabilidade à de Brig.



Operacionalização do conceito das OMLT (Operational Mentor and Liaison Team) no seio das Forças Armadas. Enquadramento e âmbito face ao CEM/MIFA

A nossa FND enquanto esteve no AFG, quando empregue em operações longe da sua base, viveu uma situação semelhante às que este tipo de OMLT poderá viver. O período temporal da necessidade do apoio deverá agora ser mais extenso, mas em contrapartida a OMLT de Brig deverá ficar numa base que sirva de apoio à GU afegã e onde poderá haver mais apoios do que a nossa FND encontrou nos locais por onde passou, tendo sido necessário fazer uma combinação de apoios, desde os orgânicos, até aos que recebeu de entidades exteriores e que tiveram de ser contratualizados.

O SOP 419 indica que as capacidades do dispositivo da coligação implantado no terreno são o melhor modo de obter os apoios necessários para as OMLT, através das unidades e equipas que estão localizadas nas bases implantadas no TO, podendo as LST ser usadas para procurar apoios logísticos através da nação líder das OMLT.

No caso de o apoio ser garantido através da estrutura militar dos EUA presente no terreno, um acordo com Portugal define os termos em que tal se processará. O processo definido no SOP 419 estabelece a necessidade de quatro fases, começando no reconhecimento ao TO até ao estabelecimento e à formalização dos apoios. Sendo os EUA o país com mais meios no Afeganistão, não deixará esse facto de pesar nas nossas opções. Outro canal a explorar será o da nação líder em cada um dos RC, através da sua força no terreno e do seu elemento nacional de apoio, analisando-se o que pode ser garantido pelo seu canal de reabastecimento. Se, conjugando estas possibilidades com as capacidades orgânicas e as que poderão advir de contratos com empresas civis, não for possível satisfazer as necessidades, será necessário um pedido de apoio através do *Combined Security Transition Command-Afghanistan / Army Forces* (CSTC –A/ARFOR), que coordenará com o *Central Command* os apoios que poderão ser providenciados através dos *Aquisition and Cross Servicing Agreements* (ACSA) existentes, ou providenciará um, e estimará os custos.

Os EUA também possuem programas de apoios logísticos civis capazes de garantir as necessidades para os militares viverem numa base, incluindo todas as classes de abastecimento, excepto as classes IV e VIII. No caso de haver uma nação líder das OMLT ela deverá fornecer os abastecimentos das classes I, III e V.

No terreno será a unidade de apoio das OMLT a coordenar com o CSTC-A/ARFOR os apoios logísticos, onde e quando serão precisos. Este exemplo, já perfeitamente definido para apoios dos EUA a forças de outros países, remete-nos para as seguintes conclusões e agora fazendo uso do caso do AFG:



Operacionalização do conceito das OMLT (Operational Mentor and Liaison Team) no seio das Forças Armadas. Enquadramento e âmbito face ao CEM/MIFA

- A necessidade de previamente se efectuar um reconhecimento ao terreno, levando em linha de conta as possíveis áreas de emprego da OMLT de Brig, procurando desde logo vislumbrar as necessidades e as capacidades locais de as satisfazer;

- A unidade de apoio às OMLT poderá ter um núcleo fixo na base que servirá para apoio diário dos militares e que tratará das questões administrativas, das ligações com a estrutura militar presente no TO e com Portugal e centralizando os pedidos de apoio. Poderá controlar os contratos assinados, quer para apoio na base principal, quer nas que venham a ser ocupadas pela OMLT de Brig. Terá que haver um módulo que acompanhe a OMLT de Brig e a unidade que lhe vai garantir protecção, assegurando a manutenção primária das viaturas, armamento e meios de comunicações, o fornecimento das munições que não são usadas pelos nossos aliados, que possa receber os reabastecimentos, armazená-los e distribuí-los, e garantir os cuidados básicos de saúde, aproveitando o pessoal sanitário que ao mesmo tempo é *mentor*. Também será a entidade primariamente responsável para no local estabelecer as medidas de coordenação com as unidades/equipas que fornecerão o apoio logístico;

- Será necessário assegurar que o fluxo de abastecimentos desde Portugal, ou adquiridos no país apoiado, chegue à OMLT deslocável. Levantam-se necessidades de transporte, de protecção e de comunicações na coluna terrestre, se não for possível garantir o transporte aéreo;

- No módulo de apoio deslocável tem que haver flexibilidade para fazer face a situações inopinadas, que poderão ir desde o tempo disponível para preparar o deslocamento, sendo que, por exemplo, as OMLT de Bat poderão ter setenta e duas horas para serem deslocadas, até a necessidades inopinadas na instalação dos militares. Saliente-se que, se em Kabul já existe um número considerável de empresas civis a operar, facilitando a sustentação da Força, o mesmo não se passa em localidades do interior. Tal pode levar a que eventualmente se tenham que equacionar outras necessidades de apoio.

- Para o apoio sanitário, a situação é semelhante ao que foi indicado para as OMLT não projectáveis, sendo que neste caso a possibilidade de apoio em hospitais da ISAF e da necessidade de MEDEVAC serão acrescidas.

c. Elementos de Síntese

Podemos sintetizar o que acima foi referido, dizendo:

- Todas as OMLT terão que garantir uma auto-suficiência de cinco dias, excepto classe III, e sete dias em classe V. O apoio sanitário é uma responsabilidade nacional;



Operacionalização do conceito das OMLT (Operational Mentor and Liaison Team) no seio das Forças Armadas. Enquadramento e âmbito face ao CEM/MIFA

- O apoio administrativo-logístico às OMLT fixas e deslocáveis apresenta necessidades diferentes;
- O apoio às OMLT fixas apresenta características semelhantes ao que vem sendo garantido às FND;
- Para este tipo de OMLT a existência de uma unidade de apoio e a existência de MoU e TA parece suficiente para garantir o apoio necessário;
- Na área sanitária, a conjugação do pessoal de saúde orgânico da OMLT, a capacidade sanitária existente na ISAF e a possibilidade de evacuação parecem ser suficientes para garantir o apoio;
- As OMLT deslocáveis, quando saírem da sua base habitual para acompanhar as operações do ANA terão que continuar a garantir um elevado nível de sustentação nas várias áreas logísticas;
- Para além das capacidades da unidade de apoio que acompanha a OMLT deslocável, provavelmente vai ser necessário fazer acordos com países que possuam forças nos locais para onde ela for enviada;
- A unidade de apoio administrativo-logístico terá que ter capacidade de se desdobrar numa componente fixa e numa outra que acompanhará as OMLT deslocáveis;
- É provável que existam dificuldades de manutenção e de reabastecimento de alguns materiais que são típicos das FAAP, como a G3, obrigando a que a mesma seja garantida pela Força;
- Na área sanitária é provável que seja necessário um recurso mais intensivo ao MEDEVAC e ao apoio de hospitais da ISAF;
- Teremos que garantir o fluxo logístico da base principal para os locais de estacionamento, havendo problemas de segurança às colunas de abastecimento.

Admite-se a confirmação da Hipótese n.º 5 e enuncia-se a seguinte conclusão parcial:

Tomando como base o modelo de apoio administrativo-logístico que tem servido para apoiar as FND e as assessorias militares nos PALOP, é possível estruturar o apoio às OMLT, principalmente para as que permanecem na sua base. Para as que podem ser deslocadas no TO é preciso que o apoio tenha a flexibilidade para se adaptar a situações nem sempre previsíveis, num ambiente hostil, fazendo uso intensivo de cooperação com as forças dos países amigos que estão no terreno e com as empresas civis disponíveis.



8. Conclusões

a. Síntese

Os elementos descritos nos capítulos anteriores confirmam, em nosso entender, as hipóteses estabelecidas, validando a questão central, e apontam para:

- O conceito de OMLT encerra em si um conjunto de exigências e riscos que as diferencia da CTM desenvolvida por Portugal com os PALOP e Timor-Leste.

- Apesar de não estar explícito no CEM e nas MIFA o conceito das OMLT pode ser operacionalizado pelas FAAP e elas podem ser empregues fora do TN no cumprimento de missões determinadas pelo poder político;

- O conceito de emprego de meios/forças conjunto nas OMLT deve-se subordinar ao tipo de assessoria a garantir. Sempre que possível, e sempre que o tipo de assessoria o aconselhar, dever-se-ão privilegiar modelos conjuntos nas OMLT. Há que contar com a eventual necessidade de se constituírem órgãos/unidades para garantirem o apoio administrativo-logístico e a protecção. A unidade que garante a protecção deverá ser do Ramo que tiver a primazia na OMLT. O órgão/unidade de apoio administrativo-logístico pode ser conjunto;

- É necessário adaptar o modelo actualmente existente de aprontamento das FND de forma a responder às necessidades de preparação das OMLT, havendo por isso que implementar uma nova metodologia que permita uma melhor habilitação dos militares que vão desempenhar as funções de *mentor*, bem como daqueles que os vão apoiar nas áreas da protecção e administrativo-logística.

- O modelo de OMLT preconizado pela OTAN apenas considera as missões directas de assessoria, sendo por isso necessário que existam unidades de protecção e de apoio. Este conjunto deverá estar subordinado a um Cmdt de FND que deverá ter um EM para o assessorar.

- Tomando como base o modelo de apoio administrativo-logístico que tem servido para apoiar as FND e também as assessorias militares nos PALOP, é possível estruturar o apoio às OMLT, principalmente para as que permanecem na sua base. Para as que podem ser deslocadas no TO o apoio deverá ter a flexibilidade para se adaptar a situações nem sempre previsíveis, num ambiente hostil, fazendo uso intensivo de cooperação com as forças dos países amigos que estão no terreno e com as empresas civis disponíveis.



b. Conclusões Gerais

Tendo em conta a síntese acima apresentada, estamos em condições de concluir que a operacionalização do conceito das OMLT no seio das FAAP, face ao CEM e às MIFA pode ser obtida já que:

- (1) Existe um enquadramento legal que, apesar de não falar explicitamente das OMLT, permite empregar meios das FAAP, fora do TN, em missões de assessoria militar, desde que superiormente determinado pelo poder político.
- (2) Para ser possível operacionalizar a OMLT nas suas vertentes de assessoria, protecção, apoio administrativo-logístico, planeamento, C2 e ligações, é necessário constituir uma FND comandada por um oficial designado para tal e que enquadrará um EM, as OMLT e as unidades de protecção e apoio.
- (3) Apesar de devermos caminhar aceleradamente para forças conjuntas, a conceptualização das OMLT deverá ter como premissas base o tipo de assessorias a garantir e o ambiente operacional que se vive no terreno, determinando estes factos o Ramo que assumirá totalmente ou parcialmente a responsabilidade do aprontamento.
- (4) A unidade que vai garantir a protecção às OMLT deverá pertencer ao Ramo das FAAP que receber a missão de garantir a OMLT. A unidade de apoio administrativo-logístico pode ser conjunta.
- (5) Será preciso rever o aprontamento das OMLT de modo a poder dar resposta ao que está preconizado pela OTAN sobre o assunto, tornando-se necessária a criação de um curso especialmente destinado aos militares da OMLT, onde serão ministradas as matérias fundamentais preconizadas pela OTAN, de acordo com a certificação a levar a cabo depois da projecção da OMLT para o TO.
- (6) O apoio administrativo-logístico deverá seguir o modelo existente para as FND, havendo necessidade de flexibilizar a unidade de apoio logístico, os acordos com os outros países e os contratos com empresas civis, para garantir a necessária sustentação às OMLT fixas e deslocáveis.

O Auditor

António José Fernandes Marques Tavares

Cor Eng



BIBLIOGRAFIA

Obras referenciadas no texto

- **COUTO**, Cabral (1988). Elementos de Estratégia: Apontamentos para um curso. Lisboa: IAEM
- **CUNHA**, Raul Luís de M. L. Ferreira da (2005). A Força de Reacção Rápida. TII CSCD. Lisboa: IAEM.
- **ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO** (2005). Regulamento de Campanha – Operações. Lisboa: EME
- **IESM**, (2007). PDE 5-00 – Planeamento Tático e Tomada de Decisão. Lisboa: IESM
- **ISAF** (31Mai07). 1120/SHJ3SDC/FC/07–202490, Operational Mentor and Liaison Team Concept of Operation. KABUL: ISAF
- **RAMALHO**, Pinto. O Conflito Assimétrico e o Desafio da Resposta – Uma Reflexão: Revista Militar, nº 8 e 9. Lisboa: Revista Militar. Disponível na Internet em <http://www.revistamilitar.pt/mdn/pt/modules/articles/article.php?id=223/>
- **Risse**, Thomas (2008). Governance in Areas of Limited Statehood: Do Concepts Travel? in ISA's 49th ANNUAL CONVENTION, BRIDGING MULTIPLE DIVIDE., SAN FRANCISCO: (s.n.) Disponível na Internet em http://www.allacademic.com/meta/p253613_index.html
- **TREVOR**, Dupuy, JOHNSON, Curt, HAYES, Grace P. (1986). Dictionary of Military Terms. New York: (s.n.).

Outras Obras consultadas

- **ALVES**, José Lopes (1971). Lições de Estratégia. Lisboa: IAEM
- **BARNABY**, Frank (2007). The Future of Terror. A 21st Century Handbook. Hanover: Granta Publication,
- **CORREIA**, Pedro de Pezarat (2004). Manual de Geopolítica e Geoestratégia – Volume II. Coimbra: Quarteto.
- **DIAS**, Carlos Mendes, (2005). Geopolítica: Teorização clássica e ensinamentos. Lisboa: Prefácio.



Legislação

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA. Sétima revisão constitucional – 2005. Lisboa. Disponível na Internet em: http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Portugal/Sistema_Politico/Constituicao/

- LEI n.º 29/82, de 11 de Dezembro. Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas; com as alterações introduzidas pelas Lei n.º 41/83, de 21 de Dezembro, Lei n.º 111/91, de 29 de Agosto, Lei n.º 1113/91, de 29 de Agosto, Lei n.º 18/95, de 13 de Julho, Lei Orgânica n.º 3/99, de 18 de Setembro, Lei Orgânica n.º 4/2001, de 30 de Agosto e Lei Orgânica n.º 2/2007, de 16 de Abril. Disponível na Internet em: <http://www/emfa.pt/www/conteudos/informacao/legislacao/DefesaNacional/LeiOrgânica.pdf>
- Lei n.º 111/91, de 29 de Agosto. Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA) (Alterada pela Lei n.º 18/95, de 13 de Julho). Disponível na Internet em: <http://www/forcaaérea.pt/www/conteudos/informacao/legislacao/OrganizacaoFArmadas/LOBOFAfinal.pdf>
- Decreto Lei n.º 48/1993, de 26 de Fevereiro. D.R. n.º 48 – I Série A. Lei Orgânica do Estado-Maior-General das Forças Armadas
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003. Conceito Estratégico de Defesa Nacional, de 20 de Janeiro de 2003. Disponível na Internet em: http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC15/Ministerios/MDN/Comunicacao/Outros_Documentos/20030120_MDN_Doc_CEDN.htm
- Despacho Ministerial de 22 de Dezembro de 2003, Conceito Estratégico Militar 2003 (CEM03), confirmado em CSDN de 15 Janeiro de 2004 (Confidencial)
- Missões Específicas das Forças Armadas 2004, definidas em CSDN em 21 de Outubro de 2004 (Reservado)
- Sistema de Forças Nacional – Componente Fixa 2004 (SFN 04 – CP) definidas em CSDN em 03 de Novembro de 2005 (Confidencial).
- Sistema de Forças Nacional – Componente Operacional 2004 (SFN 04 – COP) definidas em CSDN em 21 de Outubro de 2004 (Confidencial).



a. Directivas e documentos OTAN

- Directiva Operacional N° 04/CEMGFA/08 – *Operational Mentor and Liaison Team* (OMLT) de Apoio ao *Afghan National Army* (ANA) – 21Jan08.
- Directiva n°90/CEME/07
- Directiva n° 23/CEME/08
- Directiva n° 34/CEME/08
- SHAPE (01Mai08). 0515/SHJ3SDC/FC/08 – 202490 Operational Mentor and Liaison Team Concept of Operations (OMLT), First Revision. Brussels: SHAPE

b. Outros documentos consultados

- Deliberação do CSDN de 04 de Dezembro de 2008
- Dec-Lei N.º 233/96, de 07Dec – Estatuto dos Militares das Forças Armadas em Missões Humanitárias e de Paz fora do Território Nacional;
- Dec-Lei N.º 348/99, de 27Ago – Alteração ao Estatuto dos Militares das Forças Armadas em Missões Humanitárias e de Paz fora do Território Nacional (Criação de um seguro de vida para militares em missões humanitárias e de paz);
- Dec-Lei N.º 466/99, de 06Nov – Aprova o regime jurídico das pensões de preço de sangue e por serviços excepcionais e relevantes prestados ao país;
- Dec-Lei N.º 299/03, de 04Dec – Alteração dos Artº 8º e 10º do Dec-Lei N.º 233/96, de 07Dec – Estatuto dos Militares das Forças Armadas em Missões Humanitárias e de Paz fora do Território Nacional;
- Portaria N.º 905/99, de 13Out – Regula a atribuição do seguro de vida aos militares integrados em missões humanitárias e de paz fora do TN;
- Portaria N.º 261/00, de 13Mai – Complementa a regulação da atribuição do seguro de vida aos militares integrados em missões humanitárias e de paz fora do TN;
- Portaria N.º 394/00, de 14Jul – Fixa o modo de actualização do suplemento de missão dos militares nomeados para participarem em missões humanitárias e de paz fora do TN;
- ISAF (17Feb07). Standard Operating Procedures 704, OMLT Support to Cross Boundary Movement of ANA Units. Kabul: ISAF



Operacionalização do conceito das OMLT (Operational Mentor and Liaison Team) no seio das Forças Armadas. Enquadramento e âmbito face ao CEM/MIFA

- ISAF (12Feb 08). Standard Operating Procedures 1702, Operational Mentor Liaison Team Validation Process. Kabul: ISAF
- ISAF (31Mar07). Standard Operation Procedure 705 – Operational Mentor and Liaison Team (PRT/OMLT) Validation Process. Kabul: ISAF
- NATO, (2000). AAP – 6(V) Modified version 02. Brussels: NATO
- NATO, (2007). AJP 1 – 02. Brussels: NATO
- NATO, (2004). Bi-Sc Strategic Vision II. Brussels: NATO
- UN, (2001). Security Council Resolution nº 1386. Disponível na Internet em www.nato.int/isaf/topics/mandate/unsr/resolutio_1386.pdf



Operacionalização do conceito das OMLT (Operational Mentor and Liaison Team) no seio das Forças Armadas. Enquadramento e âmbito face ao CEM/MIFA

APÊNDICES



Operacionalização do conceito das OMLT (Operational Mentor and Liaison Team) no seio das Forças Armadas. Enquadramento e âmbito face ao CEM/MIFA

ANEXO A – DIAGRAMA DE INDUÇÃO

ENUNCIADO	QUESTÃO CENTRAL	QUESTÕES DERIVADAS	HIPÓTESES	CONFIRMAÇÃO DAS HIPÓTESES	CONCLUSÕES PARCIAIS	CONCLUSÕES GERAIS	RESPOSTA À QUESTÃO CENTRAL
Operacionalização do conceito das OMLT (Operational Mentor and Liaison Team) no seio das Forças Armadas. Enquadramento e âmbito face ao CEM/MIFA	No quadro conceptual do Conceito Estratégico Militar e âmbito das Missões Específicas das Forças Armadas, como caracterizar o modelo de estrutura das OMLT?	A missão das OMLT enquadra-se no CEM/MIFA?	Sendo uma missão exterior ao Território Nacional, assumida pela OTAN e determinada pelo poder político, o conceito das OMLT enquadra-se no CEM e nas MIFA.	HIPOTESE CONFIRMADA	CONCLUSÃO PARCIAL: Pag. 11	CONCLUSÕES GERAIS	A operacionalização do conceito das OMLT no seio das FA, face ao CEM e às MIFA pode ser obtida
		A estrutura das OMLT de Guarnição e a de Brigada deverá ser conjunta?	É possível definir estruturas conjuntas ou não conjuntas das OMLT consoante a sua tipologia.	HIPOTESE CONFIRMADA	CONCLUSÃO PARCIAL: Pag. 18		
		Que modelo de aprontamento deverá ser assegurado para garantir a operacionalização das OMLT segundo os padrões OTAN?	É possível adequar actual modelo de aprontamento das FND e de militares isolados ao aprontamento das OMLT.	HIPOTESE CONFIRMADA	CONCLUSÃO PARCIAL: Pag. 27		
		Que estrutura de comando e controlo deve ser estabelecida nas OMLT?	As OMLT deverão ter uma estrutura de comando e controlo que garanta uma capacidade permanente de análise da informação para apoiar a tomada da decisão do comandante, controlo das acções ligação.	HIPOTESE CONFIRMADA	CONCLUSÃO PARCIAL: Pag. 32		
		Qual o modelo de apoio administrativo-logístico adoptar para garantir as condições de vida e os apoios indispensáveis ao cumprimento da missão das OMLT?	As OMLT deverão ter uma significativa capacidade autónoma para garantir os apoios administrativo-logísticos.	HIPOTESE CONFIRMADA	CONCLUSÃO PARCIAL: Pag. 38		



APÊNDICE B – “O ESTADO DA ARTE” – (APONTAMENTO)

1. Generalidades

A cooperação militar entre países é uma realidade documentada pela história, a que Portugal, em algumas situações mais críticas do seu passado, teve que deitar mão para organizar as suas FA. Na actualidade, a Comunidade Internacional vê-se confrontada com alguns estados que apresentam graves lacunas na estruturação dos pilares essenciais, nomeadamente o da segurança. Grupos terroristas têm aproveitado essas lacunas para aí construírem as suas bases de retaguarda, sabendo de antemão que nessas áreas poderão gozar da tranquilidade necessária para treinarem os seus seguidores e desenvolverem a actividade logística que lhes possibilite efectuar os seus atentados, um pouco por todo o mundo onde existam interesses dos estados ou organizações que eles consideram inimigos.

Sendo Portugal um dos membros da OTAN, foi chamado a apoiar a iniciativa que essa organização está a liderar no Afeganistão, visando garantir as condições para que, em tempo adequado, esse país esteja apto a enfrentar os grupos Taliban, que há alguns anos combatem o regime instalado em Kabul, apoiado pelos EUA e pela generalidade dos países ocidentais.

2. Enquadramento legal das OMLT

O quadro legal enquadrante da actividade das FAAP, que, à data da elaboração deste trabalho, se encontra em profunda revisão, reporta-se em boa parte a uma realidade vivida durante a Guerra Fria e em que Portugal acabava de viver a “ressaca” do 25 de Abril de 1974. Outra foi elaborada no período pós queda do Muro de Berlim. O normativo tem vindo a sofrer alterações ao longo dos anos, mas mantendo o corpo principal norteador. Está a decorrer uma ampla renovação da legislação da área da defesa em Portugal, aguardando-se com alguma ansiedade a sua publicação. Por isso, e porque o normativo se quer generalista, é natural que não integre explicitamente a possibilidade de também virmos a dar corpo a esta nova tipologia de missões que a OTAN está a conduzir no Afeganistão. No entanto, uma análise, procurando encontrar o racional da legislação, pode ser muito útil para se tentar dar uma resposta sobre a sua legalidade, nomeadamente no que diz respeito ao CEM e às MIFA.

3. Realidade e implicações para as Forças Armadas

Há mais de uma década que o nosso País vem enviando Forças Destacadas, de escalão Batalhão ou Companhia, para TO tão díspares como Timor-Leste, Moçambique, Angola, Bósnia-Herzegovina, Kosovo, Líbano e Afeganistão, debaixo do chapéu da ONU e da OTAN. Estes empenhamentos foram liderados pelo Exército, tendo havido alguns casos de



Operacionalização do conceito das OMLT (Operational Mentor and Liaison Team) no seio das Forças Armadas. Enquadramento e âmbito face ao CEM/MIF

cooperação com a Marinha, através de unidades de fuzileiros, e com a Força Aérea, como foi o caso recente do empenhamento dos TACP no Afeganistão. Simultaneamente, empenhou meios navais e aéreos em várias situações no Mediterrâneo, em Timor-Leste, ou nos países bálticos, debaixo do chapéu de organizações internacionais. Paralelamente, vimos desenvolvendo uma profícua cooperação militar com os PALOP e Timor-Leste, empenhando militares dos três ramos em variadíssimos projectos que cobrem vastas áreas do saber militar.

Não sendo um desafio novo o empenhar militares no exterior do Território Nacional, integrando uma FND, ou numa situação de cooperação técnico-militar, a missão no Afeganistão, com tudo o que isso significa em termos de riscos acrescidos, necessidades específicas de aprontamento, validação por entidades exteriores às FAAP e a garantia de alguma capacidade própria de sustentação, isso sim traz matéria nova para análise.

A somar à realidade indicada, acresce o facto de as FAAP estarem a caminhar para uma realidade em que o conceito conjunto seja algo materializado no terreno. Assim, desejavelmente as OMLT deverão ter como base estrutural a aplicação do conceito conjunto, corporizando uma vontade que vem sendo expressa desde os mais altos patamares políticos, até ao mais elevado escalão militar, sem comprometer a sua especificidade.

A adaptação à nova doutrina das OMLT

A OTAN vem produzindo documentação vária sobre esta temática, bem como tem realizado cursos e está a tentar levantar outros para dar cabal resposta ao novo desafio que foi introduzido com as OMLT. A título de exemplo podemos falar do *OTAN 1120/SHJ3SDC/FC/07-202490, Operational Mentor and Liaison Team Concept of Operation e do Concept of Operations for Operational Mentor and Liaison Team (OMLT), First Draft, de 01 de Maio de 2008, do SHAPE*

Porque estamos a falar de colocar homens e materiais no terreno, o Regulamento de Campanha Operações, de Setembro de 2005, que tem como base doutrinária o *Allied Tactical Publication (ATP) 3.2 Land Doctrine*, de Julho de 2003 e nos *FM 3-0 Operations* e *FM 3-90 Tactics*, é um documento fundamental na estruturação do nosso pensamento.

Igualmente podemos referir o curso para OMLT de Batalhão do *Joint Multinational Readiness Centre (JMRC)* dos EUA, em *Hohenfels*, na Alemanha, sabendo-se que países como a Polónia, e outros, estão a tentar levar avante cursos para outras tipologias de OMLT.



APÊNDICE C - GLOSSÁRIO DE CONCEITOS

- **Ameaça** – Uma ameaça é qualquer acontecimento ou acção (em curso ou previsível) que contraria a consecução de um objectivo e que, normalmente, é causador de danos, materiais ou morais. (*Couto, 1988: 329*)
- **Apoios administrativo-logístico** – Conjunto de actividades, desde a procura e obtenção dos abastecimentos incluindo o seu armazenamento, acondicionamento e transporte, a manutenção e reparação de material, o apoio sanitário, a evacuação e tratamento de baixas, repletamentos e os serviços de moral e bem-estar, necessários para a manutenção do potencial de combate da força durante o tempo necessário ao cumprimento da sua missão. (*RC Op – (2005) EME*)
- **Aprontar uma força** – Conjunto de actividades da área do pessoal, logística e treino operacional que visam dotar uma força das necessárias capacidades para que possa ser classificada de acordo com o desejado estado de prontidão, definido de acordo com a tipologia de operações que irá desempenhar.
- **Assessor** – Militar experiente e sabedor, que integra a assessoria militar nas várias vertentes do Programa-Quadro negociado entre Portugal e o país amigo, com a missão de transmitir os seus conhecimentos aos militares do país apoiado.
- **Assessoria militar** – Organização militar especializada em responder a questões postas por outros, com fundamentação no saber militar em áreas como o ensino, a formação, a operacional, serviços ou da organização da estrutura da defesa.
- **Capacidade** – Aptidão ou possibilidade para atingir um efeito ou objectivo, pela execução de diferentes acções, através da combinação eficiente de um ou mais componentes funcionais de doutrina, organização, treino, material, liderança, pessoal, infra-estruturas e interoperabilidade. (*NATO Bi-SC Strategic Vision II*)
- **Capacidade Operacional** – Aptidão para atingir um determinado objectivo em operações militares (ganhar uma guerra ou uma batalha, destruir um conjunto de alvos, etc.) (*AJP 1 – 02, 2007*) (*tradução livre*)
- **Certificação** – Processo de oficialmente reconhecer que organizações, indivíduos, material ou sistemas atingem determinados patamares ou critérios de proficiência. (*AAP – 6 (2008)*) (*tradução livre*)
- **Comando** – A autoridade investida num indivíduo para dirigir, coordenar, e controlar forças militares. (*RC - Op (2005) EME*)



Operacionalização do conceito das OMLT (Operational Mentor and Liaison Team) no seio das Forças Armadas. Enquadramento e âmbito face ao CEM/MIF

- **Comunidade Internacional** – Conjunto de centros independentes de decisões políticas que interactuam entre si, sendo os estados os seus principais actores, apesar de não serem únicos. O principal objectivo dessa associação de países é a resposta a determinadas situações e necessidades, como ataques terroristas, decisões políticas de outras nações, fomento económico dos povos e outras.
- **Conflito de alta intensidade** – Situação em que se torna necessário o emprego efectivo da força militar na condução do combate táctico para alcançar os objectivos definidos. Pode incluir vários tipos de operações terrestres, navais e aéreas.
- **Conflito assimétrico** – Conflito que opõe Estados com potenciais relativos desequilibrados (*assimetria positiva ou dissimetria*) ou que opõe Estados com entidades não-estatais (interna) (*assimetria negativa*). (*RC - Op (2005) EME*)
- **Conflito de baixa intensidade** – Situação que envolve hostilidades esporádicas ou limitadas entre forças militares que podem, ou não, ter uma organização convencional, nas quais pode haver prolongados intervalos entre os combates, ou nas quais os sistemas de armas de um ou de ambos os opositores são limitados no número, no tipo, ou na sofisticação.
- **Conjunto** – Adjectivo usado para descrever actividades, operações e organizações nas quais participam elementos de pelo menos dois ramos.
(*AAP – 6 (V) Modified version 02 (07 August 2000) (tradução livre)*)
- **Contra – subversão** – Acção desencadeada para detectar e contra-atacar a subversão.
(*AAP – 6 (V) Modified version 02 (07 August 2000) (tradução livre)*)
- **Cooperação técnico-militar** – Consiste no conjunto de acções que se dirigem à organização, reestruturação e formação das Forças Armadas e respectivos militares. Estas acções decorrem de Acordos e de Programas-Quadro celebrados entre Portugal e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e obedecem a princípios de apartidarismo, subordinação aos órgãos de soberania democráticos e legítimos, respeito pelo Estado de Direito e boa governação
(Página consultada em <http://www.mdn.gov.pt/mdn/pt/Defesa/politica/bilaterais/ctm>)
- **Critérios de validação** – Normas para distinguir valores que permitam “*confirmar que as organizações, os indivíduos, o material ou os sistemas satisfazem as normas ou critérios definidos, graças à obtenção de provas objectivas.*” (*AAP – 6 (2008)*)
(*tradução livre*)



Operacionalização do conceito das OMLT (Operational Mentor and Liaison Team) no seio das Forças Armadas. Enquadramento e âmbito face ao CEM/MIF

- **Espaço estratégico de interesse nacional conjuntural** – Decorre da avaliação da conjuntura internacional e da definição da capacidade nacional, tendo em conta as prioridades da política externa e de defesa, os actores em presença e as diversas organizações em que nos inserimos. Nesse sentido, são áreas prioritárias com interesse relevante para a definição do espaço estratégico de interesse nacional conjuntural as seguintes:

- O espaço euro-atlântico, compreendendo a Europa onde nos integramos, o espaço atlântico em geral e o relacionamento com os Estados Unidos da América; o relacionamento com os Estados limítrofes; o Magrebe, no quadro das relações bilaterais e do diálogo com o Mediterrâneo; o Atlântico Sul em especial e o relacionamento com o Brasil; a África lusófona e Timor Leste; os países em que existem fortes comunidades de emigrantes portugueses; os países ou regiões em que Portugal tenha presença histórica e cultural, nomeadamente a Região Administrativa Especial de Macau; países de origem das comunidades imigrantes em Portugal.

Podem considerar-se áreas de interesse relevante para a definição do espaço estratégico de interesse nacional conjuntural, para além das mencionadas, quaisquer outras zonas do globo em que, em certo momento, os interesses nacionais estejam em causa ou tenham lugar acontecimentos que os possam afectar.

(Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003, de 20 de Janeiro de 2003/CEDN).

- **Espaço estratégico de interesse nacional permanente** - A política de defesa nacional tem como um dos objectivos a segurança e defesa do território nacional em toda a sua extensão, que abrange o continente, os Açores e a Madeira. Na definição dessa política, devem inscrever-se os seguintes elementos matriciais, considerados como espaço estratégico de interesse nacional permanente:

- O território, que se define, nas suas referências cardeais, entre o ponto mais a norte, no concelho de Melgaço, até ao ponto mais a sul, nas ilhas Selvagens; e do seu ponto mais a oeste, na ilha das Flores, até ao ponto mais a leste, no concelho de Miranda do Douro; o espaço de circulação entre as parcelas do território nacional, dado o seu carácter descontínuo; os espaços aéreo e marítimo sob responsabilidade nacional, as nossas águas territoriais, os fundos marinhos contíguos, a zona económica exclusiva e a zona que resultar do processo de alargamento da plataforma continental.

(Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003, de 20 de Janeiro de 2003/CEDN).

- **Força Nacional Destacada** – Contingente nacional, com um EOP e um EOM aprovados, comandado por um militar nomeado para tal, que é dado, numa



Operacionalização do conceito das OMLT (Operational Mentor and Liaison Team) no seio das Forças Armadas. Enquadramento e âmbito face ao CEM/MIF

determinada situação de comando, pelo Gen CEMGFA a um comando internacional, normalmente sob OPCON, para ser empregue numa determinada operação em representação de Portugal, fora das suas fronteiras.

- **Gestão de risco** – É o processo de identificação, avaliação e controlo de riscos que surgem dos factores operacionais e que permite tomar decisões que considerem os custos e os benefícios para o cumprimento da missão. Por outras palavras, é o processo de identificação e controlo de perigos, de forma a conservar o potencial de combate e os recursos. (*PDE 5-00, Planeamento Tático e Tomada de Decisão*)
- **Mentor** – Militar experiente nas actividades e situações que vai desenvolver em proveito de outro militar de um país amigo, de forma a ajudá-lo a desenvolver o seu trabalho de uma forma mais eficiente, usando para isso várias ferramentas como o treino, a discussão, o aconselhamento ou outras.
- **OMLT** – Forma de organização militar cuja missão, “... *quando projectada para a Área de Operações Conjunta e Combinada (CJOA) é a de treinar, ensinar e servir de mentor às unidades do Exército Nacional Afegão (ANA), conduzir a ligação e o Comando e Controlo (C2) e, quando solicitado, apoiar o planeamento e emprego operacional do ANA, de forma a facilitar o desenvolvimento de um ANA competente, profissional e auto-suficiente.*” (*Directiva nº 34/CEME/08 de 07Fev08*)
- **Organização Internacional** – Associação voluntária de Estados, visando preocupações de segurança ou de progresso e bem-estar, constituída mediante acto internacional, dotada de regulamento e órgãos de direcção próprios. Possui personalidade internacional independente da dos seus membros constituintes.
- **Projectar uma força** – Acto de enviar uma força, com um determinado estado de prontidão, estabelecido de acordo com os necessários requisitos operacionais, para um Teatro de Operações exterior ao Território Nacional.
- **Prontidão** – “Consiste na conjugação de capacidade operacional e tempo de resposta, é uma medida da possibilidade de um elemento das FA cumprir uma missão atribuída. A capacidade operacional é a capacidade real do elemento das FA quando comparada com o seu quadro orgânico, medida pela sua relativa situação em termos do pessoal existente, equipamentos que possui, níveis de instrução e componentes de apoio de serviços e comando e controlo. Tempo de resposta é o tempo que medeia entre a emissão de uma ordem preparatória e o momento em que o elemento que recebeu a missão tem de estar completamente pronto a iniciar a sua execução; não inclui o



Operacionalização do conceito das OMLT (Operational Mentor and Liaison Team) no seio das Forças Armadas. Enquadramento e âmbito face ao CEM/MIF

tempo em trânsito para a área de operações. Os níveis de prontidão estão ligados a um cenário ou a um elemento das FA que tenha recebido uma missão com um designado tempo de resposta e, portanto, poderão ser aumentados ou diminuídos em resposta a mudanças de situação, níveis específicos de ameaça, ou recursos” (Cunha, 2005: 7).

- **Protecção** – É a preservação do potencial de combate de uma força para que o comandante o possa aplicar no momento e local decisivos. (*RC - Op (2005) EME*)
- **Risco** – É a possibilidade de perigo ou acontecimento indesejado. É caracterizado pelo grau de probabilidade e severidade de uma potencial perda resultante de perigos devido à presença de um inimigo ou outras condições adversas. O nível de risco é expresso em termos de probabilidade e severidade (*PDE 5-00, Planeamento Tático e Tomada de Decisão*)
- **Segurança** – A ausência de ameaças militares e não militares que possam pôr em causa os valores centrais que uma pessoa ou uma comunidade querem promover, e que impliquem um risco de utilização da força.
- **Sustentação** – Aptidão de uma força em manter o seu poder de combate durante o tempo necessário à consecução dos seus objectivos. (*AAP – 6 (V) Modified version 02 (07 August 2000) (tradução livre)*)
- **Sustentação logística** – Conceito associado à aptidão de uma força em desenvolver um conjunto de actividades relacionadas com as funções logísticas e necessárias à realização das missões atribuídas.
- **Teatro de Operações** - O teatro de operações é a parte do teatro de guerra necessária à condução ou apoio das operações de combate. (*RC - Op (2005) EME*)
- **Terrorismo** – Uso fora da lei ou ameaça de uso da força ou da violência contra indivíduos ou propriedade numa tentativa de coagir ou intimidar governos ou sociedades para obter objectivos políticos, religiosos ou ideológicos.
AAP – 6 (V) Modified version 02 (07 August 2000) (tradução livre)
- **Transferência de Autoridade (TOA)** – Acção pela qual um país membro ou um comando da OTAN, cede uma força sob comando ou controlo operacional a um comando OTAN. *AAP – 6 (V) Modified version 02 (07 August 2000) (tradução livre)*



ANEXO D – PROPOSTA DE ESTRUTURA DA FORÇA NACIONAL DESTACADA ENQUADRANTE DAS OMLT

Conforme foi defendido neste trabalho, a Força Nacional Destacada seria comandada por um oficial nomeado para tal, desejavelmente com a patente de Coronel, que teria a missão de coordenar as OMLT, e comandar as actividades das unidades de apoio e de protecção. Esta acção de comando seria especialmente importante porque o emprego das unidades de apoio e de protecção teria que ser parcimoniosamente dividido no apoio às OMLT, evitando-se na máxima extensão possível a duplicação de meios.

Cada OMLT teria o seu Comandante, com uma missão específica de assessoria ao ANA e com ligações próprias dentro da estrutura implantada no TO.

A unidade de apoio teria a missão de garantir todos os necessários apoios administrativo - logísticos, quer à sua própria custa, quer através de entidades militares estrangeiras ou empresas civis locais contratadas.

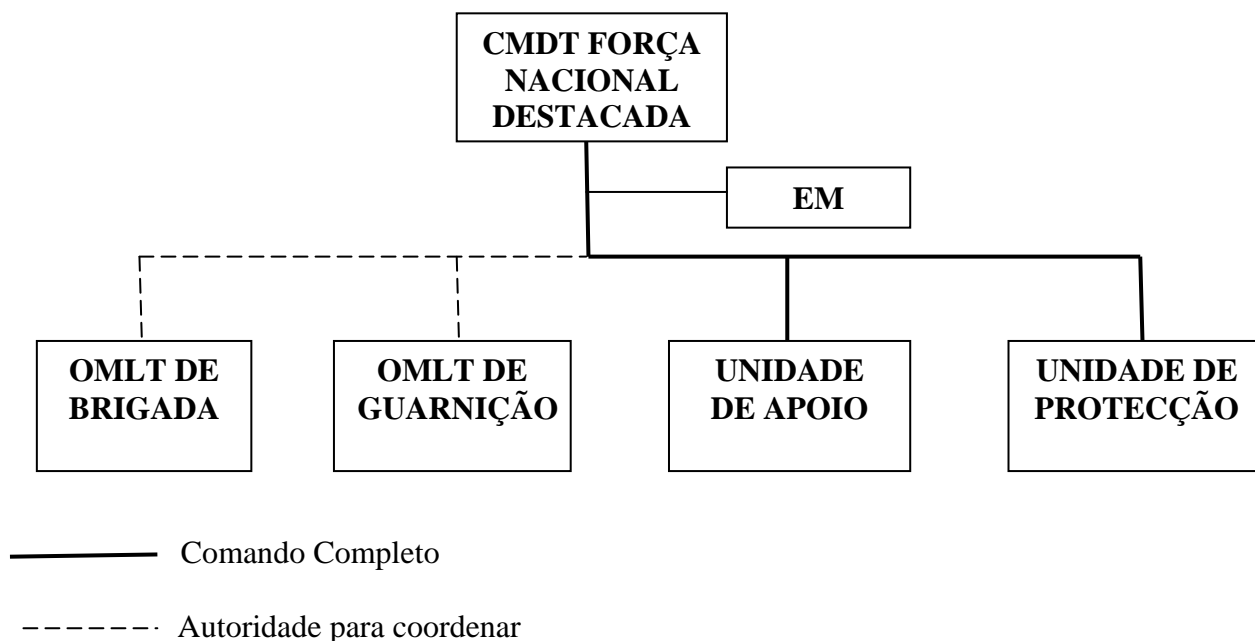
A unidade de protecção teria a seu cargo a protecção, quer às OMLT, quer às actividades desenvolvidas pela unidade de apoio, sempre que tal se tornasse necessário, como poderia ser o caso de escoltas a colunas de reabastecimento. Teria também a responsabilidade de garantir a segurança de militares que se desloquem ao TO.

O Comandante disporia de um pequeno Estado-Maior, essencialmente focalizado para garantir o necessário fluxo de informações, disponibilizar-lhe um quadro da situação actualizado, apoiá-lo na gestão do risco e permitir-lhe um acompanhamento das actividades administrativo - logísticas. Naturalmente, também apoiaria nas ligações com os comandos onde nos inseríssemos. Este pequeno Estado-Maior teria um reduzido número de militares fixos, sendo apoiado pelos militares das OMLT's e das unidades de apoio e de protecção, nomeadamente aqueles cuja especialidade e actividade fossem mais afim com as actividades desenvolvidas, como seria o caso dos oficiais das OMLT's que assessorassem as áreas das informações, operações, comunicações, pessoal e da logística, bem como os Comandantes das unidades de apoio e de protecção. Assim, pensamos que uma célula que garantisse as actividades G1/G4 e outra para as actividades do G2/G3 seria adequado.

O Comandante seria o elo de ligação primordial com as estruturas em Portugal e com as que estivessem implantadas no Teatro, para todas as actividades que não fossem específicas da actividade própria das OMLT. Como militar Português mais antigo no TO, teria a seu cargo as actividades protocolares inerentes a essa situação.



Operacionalização do conceito das OMLT (Operational Mentor and Liaison Team) no seio das Forças Armadas. Enquadramento e âmbito face ao CEM/MIF



Como foi indicado no corpo do trabalho, há um conjunto de capacidades que deverão estar disponibilizadas na FND, quer nas OMLT propriamente ditas, quer nas unidades de apoio e de protecção. Não entraremos no detalhe do EOP e do EOM de cada uma delas, tanto mais sabendo-se que, se por um lado as OMLT terão um conjunto de especialistas e de meios materiais que genericamente já foi estabelecido pela OTAN, consoante a sua tipologia, as unidades de apoio e de protecção terão que ser dimensionadas conforme um conjunto vasto de circunstâncias, que vão desde os apoios locais que poderemos obter em várias áreas, previsível risco que a FND viverá nos locais das suas bases, nos de assessoria e nos trajectos que realizará para garantir o cumprimento da missão. Por isso, só um cuidado reconhecimento ao TO poderá dar as indicações para se dimensionar a FND.

No entanto, e porque a OTAN indica um conjunto de capacidades que deverão ser garantidas, gostaríamos de indicar aquelas que nos parecem mais relevantes:

- Protecção adequada aos militares, quer quando estes estão nas suas bases, quando se deslocam ou quando vão prestar assessoria à unidade do ANA, na sua base;
- Capacidade de contra-medidas electrónicas contra as ameaças presentes no TO, nomeadamente contra engenhos explosivos improvisados accionados por controlo remoto;
- Garantir no TO, o material e equipamento necessário para a validação das OMLT;
- Ter capacidade de comunicações dentro da FND e desta para Portugal;



Operacionalização do conceito das OMLT (Operational Mentor and Liaison Team) no seio das Forças Armadas. Enquadramento e âmbito face ao CEM/MIF

- Ter capacidade de viaturas que possibilitem as necessárias condições de transporte e segurança para os militares das OMLT e das unidades de apoio e de segurança no cumprimento das suas missões;
- Guardar em condições adequadas o material de guerra e as respectivas munições;
- Ter capacidade de manutenção, própria ou contratualizada, para os equipamentos e armamentos;
- Garantir um stock mínimo de materiais, nomeadamente os mais críticos para a missão;
- Garantir os cuidados sanitários indispensáveis para operar no TO;
- Garantir as condições de vida dos militares, desde o alojamento, até à alimentação, passando necessariamente pela garantia das condições de higiene, diversão, ligações TV, internet e outras;



APÊNDICE E – PONTO DE SITUAÇÃO DAS OMLT EM 31MAR09

Aquando das nossas entrevistas e contactos, nomeadamente com o Comando Operacional do Exército, em Fevereiro de 2009 fomos informados que Portugal estaria a equacionar a hipótese de substituir o oferecimento da OMLT de Brig por uma OMLT designada de *CAPITAL DIVISION OF AFGHAN NATIONAL ARMY* (ANA). Tratar-se-ia de um novo tipo de OMLT, resultante do facto de ter havido alterações do dispositivo do ANA, estando-se a levantar a *Kabul Capital Division*, responsável pela segurança na província de Kabul. Seria constituída por duas brigadas, a levantar em 2010, operando actualmente com dois *Kandaks* (batalhões). Esta divisão disporá de assessoria, tal como para os outros escalões do ANA. Apesar de ainda não haver definição por parte da OTAN sobre este novo tipo de OMLT, ficamos com a impressão que seria algo entre a OMLT de CE e a de Brig, mas mais próximo do conceito de CE. Não haveria nada especialmente importante a assinalar relativamente ao que foi referido no corpo do trabalho sobre cada um destes conceitos de OMLT, no que concerne às suas ligações, responsabilidades e até quanto ao acompanhamento que terão que fazer das unidades do ANA no terreno. Talvez se possa afirmar que, se por um lado não é previsível que haja tantas necessidades de deslocamentos para fora da base da unidade do ANA como haveria com a OMLT de Brig, as necessidades de coordenação e enquadramento das OMLT que estarão sob a alçada da OMLT da *Capital Division* serão provavelmente acrescidas, tal como as informações, comunicações e a assessoria ao nível do comando e EM.

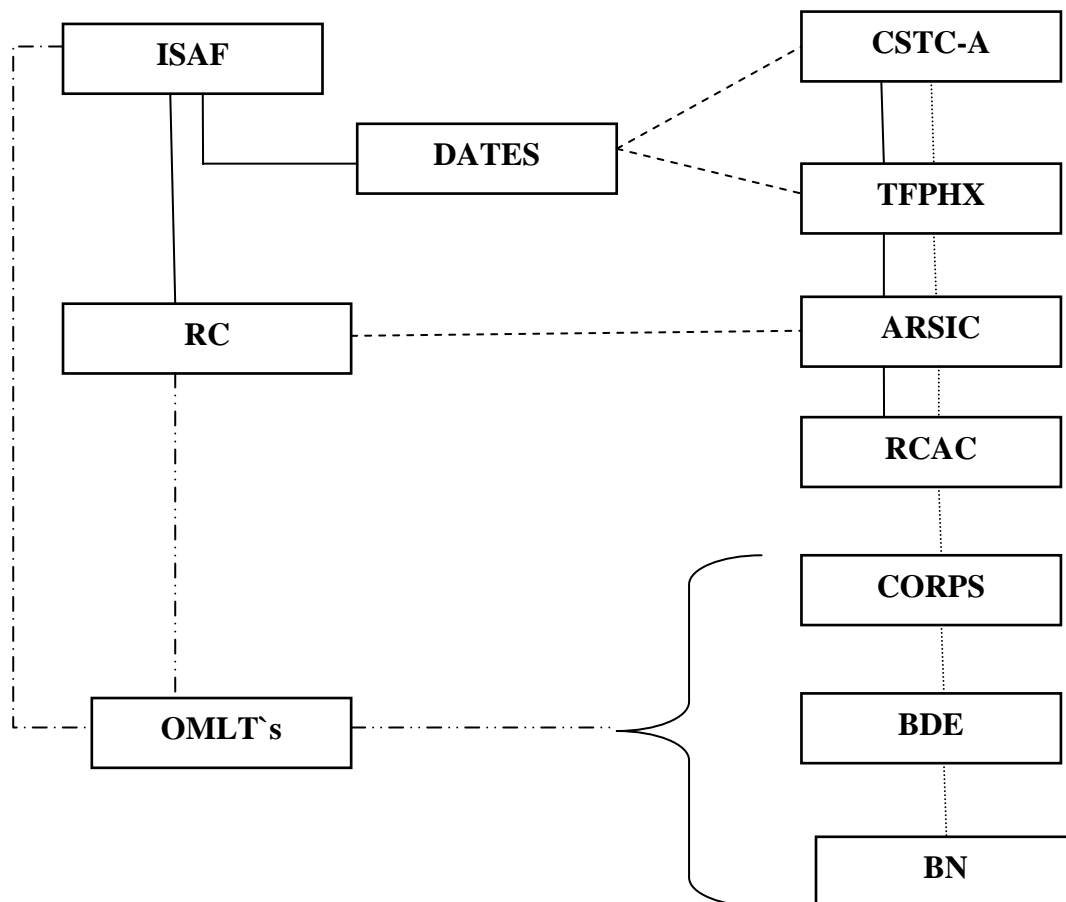
O Gen CEME assinou a Directiva N° 42/CEME/09, relativa à OMLT da *Capital Division*, a que se seguiu a Directiva N° 16/Cmd Op, já que ao Exército coube a missão da organizar, aprontar e sustentar. Nestes documentos merecem especial realce o facto de esta OMLT ser comandada por um oficial do Exército e ser composta por 16 elementos. Também é indicado que existirá um Módulo de Apoio, comandado por um TCor/Maj, sob Controlo Operacional do CEME, tendo como missão garantir a sustentação logístico/administrativa e a protecção da força às OMLT, a militares nacionais em funções no TO e aos que se desloquem em missão ao AFG.

A segunda OMLT de Guarn já seguiu para o AFG, tudo indicando que as dificuldades iniciais com que a primeira se confrontou foram minimamente ultrapassadas. A terceira OMLT de Guarn está a terminar a sua fase de aprontamento em TN. Assim, pensamos que se poderá afirmar que este tipo de OMLT já está minimamente consolidado, decorrendo a fase de aprontamento e de cumprimento da missão com a desejável estabilidade.



Apêndice F – COMANDO E CONTROLO DAS OMLT

Para melhor se compreenderem as relações entre as forças e comandos presentes no Afeganistão, apresentam-se esquematicamente as estruturas e as suas relações de comando e controlo, tendo em especial atenção as OMLT's.



LEGENDA

ARSIC – Afghan Regional Security Integration Command

BDE – Brigadas

BN – Batalhões

CORPS – Corpos de Exército

CSTC-A - Combined Security Transition Command – Afghanistan

DATES – Director of ANA Training and Equipment Support

ISAF - Internacional Security Assistance Force

OMLT's – Operational Mentor and Liaison Teams

RC – Regional Command

RCAC – Regional Corps Advisory Command

TFPHX – Task Force Phoenix

- Comando Completo
- Controlo de Treino
- Coordenação
- - - - - Controlo Operacional
- . - . - . Controlo Tático